



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
GREYCE MADALENA FERNANDES

**A ABORDAGEM DA IMPRENSA SOBRE A ENTRADA DA COLÔMBIA NA OTAN:
UMA QUESTÃO DE HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS SOBRE O SISTEMA
INTERNACIONAL DE SEGURANÇA**

Tubarão
2018

GREYCE MADALENA FERNANDES

**A ABORDAGEM DA IMPRENSA SOBRE A ENTRADA DA COLÔMBIA NA OTAN:
UMA QUESTÃO DE HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS SOBRE O SISTEMA
INTERNACIONAL DE SEGURANÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade do Sul de
Santa Catarina como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Luciano Daudt da Rocha, Ms.

Tubarão

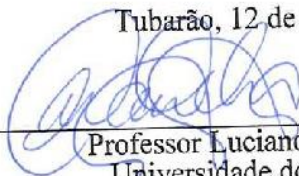
2018

GREYCE MADALENA FERNANDES

**A ABORDAGEM DA IMPRENSA SOBRE A ENTRADA DA COLÔMBIA NA OTAN:
UMA QUESTÃO DE HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS SOBRE O SISTEMA
INTERNACIONAL DE SEGURANÇA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 12 de novembro de 2018.



Professor Luciano Daudt da Rocha, Me.
Universidade do Sul de Santa Catarina



Professora Luana Balieiro, Ma.
Universidade Federal de Santa Catarina



Professor Ricardo Neumann, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

DEDICATÓRIA

Dedico à minha avó, que sempre
acreditou na minha capacidade e nos
meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me abençoado ao longo da minha vida, com sabedoria, paciência e amor.

Agradeço especialmente a minha mãe, padrasto, irmãos que estiveram comigo em toda minha trajetória acadêmica sem me deixar desistir, em dando todo apoio, amor e puxões de orelha quando necessário.

Agradeço imensamente aos meus amigos/irmãos que o curso de Relações Internacionais me deu, Camila e Samuel, não há palavras para agradecer tamanha amizade e parceria, eles fizeram e fazem toda a diferença na minha vida desde que nos conhecemos, simplesmente sem vocês não teria sido tão prazeroso.

Agradeço ao meu namorado, com seu carinho e paciência fez a diferença também e não me deixar desistir.

Agradeço aos meus professores, mas especialmente meu orientador Prof. Ms. Luciano, que desde a primeira aula eu soube que seria meu orientador, obrigada por todo o ensinamento dado tanto para a vida acadêmica, quanto pessoal, fez toda a diferença em que eu sou hoje.

Finalmente, mas não menos importante agradeço aos todos os meus familiares e amigos por toda força e compreensão.

“O insucesso é apenas uma oportunidade para recomeçar com mais inteligência” (HENRY FORD).

RESUMO

Esta pesquisa busca entender a repercussão da entrada da Colômbia na OTAN na imprensa internacional. Esta pesquisa se organiza de forma bibliográfica e documental, a metodologia utilizada foi o levantamento de notícias nos jornais da Colômbia, Bolívia, Equador, Venezuela e Estados Unidos. O objetivo geral se propõe a analisar a abordagem da imprensa americana sobre o caso da entrada da Colômbia na OTAN à luz do contexto de hegemonia dos Estados Unidos sobre o sistema internacional de segurança. E concluímos que a imprensa no continente americano cita duas questões centrais, a parceria global e a insegurança na região sul americana.

Palavras-chave: Segurança Internacional. OTAN. América. Imprensa. Colômbia

ABSTRACT

This research seeks to understand the repercussion of Colombia's entry into NATO in the international press. This research is organized in a bibliographical and documentary way, the methodology used was the survey of news in the newspapers from Colombia, Bolivia, Ecuador, Venezuela and the United States. The general objective is to analyze the American press approach to the case of Colombia's entry into NATO in light of the context of US hegemony over the international security system. And we conclude that the press in the American continent cites two central issues, the global partnership and insecurity in the South American region.

Keywords: International Security. NATO. America. Press. Colombia

LISTA DE SIGLAS

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

EUA - Estados Unidos

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OEA - Organização dos Estados Americanos

OECE - Organização Europeia para a Cooperação Econômica

OIs - Organizações Internacionais

ONU - Organização das Nações Unidas

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

SEATO - Organização do Tratado do Sudeste Asiático

URSS - União Soviética

TIAR - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 PODER E SEGURANÇA NA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS...	23
2.1 EQUILÍBRIO E DESEQUILÍBRIO DE PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS EUROPEIAS	23
2.2 UNIVERSALIDADE E SEGURANÇA: OS DEBATES SOBRE SEGURANÇA COLETIVA NA TRANSIÇÃO DAS ORDENS INTERNACIONAIS (1919-1945).....	28
2.3 O ESTABELECIMENTO DA ORDEM INTERNACIONAL DO PÓS GUERRA E OS DILEMAS DE SEGURANÇA.....	31
2.4 OS DILEMAS DE SEGURANÇA ADVINDOS DO FIM DA GUERRA FRIA	35
2.5 AS RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS ENTRE ESTADOS UNIDOS E COLÔMBIA	41
3 A COBERTURA DA IMPRENSA SOBRE A ENTRADA DA COLÔMBIA NA OTAN.....	49
3.1 O PODER DA IMPRESA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS	49
3.2 COLÔMBIA: EL ESPECTADOR.....	52
3.3 VENEZUELA: EL UNIVERSAL.....	54
3.4 BOLÍVIA: EL RAZON.....	56
3.5 EQUADOR: EL COMERCIO	57
3.6 ESTADOS UNIDOS: THE NEW YORK TIMES.....	58
4 A ABORDAGEM DA IMPRENSA AMERICANA SOBRE A ENTRADA DA COLÔMBIA NA OTAN	61
4.1 PARCEIRA GLOBAL: O QUE REPRESENTA NA REGIÃO	61
4.2 A INSEGURANÇA NA REGIÃO DA AMÉRICA DO SUL X VENEZUELA	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS	70

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca primeiramente contextualizar historicamente a questão de segurança internacional, e como através dos arranjos regionais de segurança os Estados Unidos conseguiram conquistar o status de superpotência mundial. E após a Guerra Fria, ampliou seu domínio em questões de segurança na América do Sul, através do Plano Colômbia. Ainda dentro deste contexto iremos analisar a abordagem da imprensa dos países sul americanos sobre o fato da Colômbia ser convidada para fazer parte de uns dos arranjos regionais que possui forte influência estadunidense, a OTAN.

Para o desenvolvimento das argumentações iniciais foram consultados autores como Antônio Carlos Lessa, autor do livro *História das Relações Internacionais* (2008); Henry Kissinger, autor do livro *Ordem Mundial* (2015); José Flávio Sombra Saraiva, autor do livro *História das Relações Internacionais Contemporâneas* (2008); Perry Anderson, autor do livro *Política externa norte-americana e seus teóricos* (2012).

Desde a Ordem Mundial que se dá a partir do Congresso de Viena de 1815, a Europa demonstrou certa estabilidade a partir do equilíbrio de poder. Porém, a unificação dos países europeus com a Alemanha trouxe à tona as revoluções a favor das reformas liberais. E desde a metade do século XIX os países vinham apresentando grande desenvolvimento industrial, foi nesse período que a Grã-Bretanha teve seu destaque nesse processo de desenvolvimento, gerando sentimento de insegurança e indiferenças entre os demais países.

A partir destes sentimentos que a diplomacia inglesa se dedicou à busca de condições para a expansão internacional para obter influência política e econômica. Porém, os países europeus também foram atrás dessa expansão. Foi nesse período que a tentativa de Napoleão fracassou com seus planos de tornar a França uma grande potência, os países europeus estavam tão focados em sua região que assistiram o fracasso da França sem intervenções.

Quando houve a Guerra da Criméia (1854-1856), os países hegemônicos mostraram que não estavam preparados para participar de acontecimentos do tipo, em que o objetivo era demonstrar superioridade e poder em defesa tanto em território regional, como em um âmbito global. Esse balanço no cenário internacional fez com que os países comesçassem a pensar em futuras guerras. Ou seja, os países passaram a se reestruturar, trazendo a transformação no equilíbrio de poder, fazendo com que a Alemanha fosse buscar

um status internacional. Foi nessa época que a Alemanha se mostrava com um potencial econômico e militar suficiente para romper com o equilíbrio de poder da Europa desde 1815. Este é um dos elementos centrais para entendermos a Primeira Guerra Mundial em 1914, que teria Tríplice Entente formada por Inglaterra, Rússia e França que enfrentaria a Tríplice Aliança formada por Alemanha, o Império Austro-Húngaro e Itália¹.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, de acordo com Hobsbawm (1964), um acordo de paz foi imposto pelas grandes potências vitoriosas sobreviventes, Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Itália, conhecido como Tratado de Versalhes. Tal tratado tinha razões para se impor, como a necessidade de controlar a Alemanha, que afinal quase tinha derrotado sozinha toda a coalizão aliada. Por motivos óbvios, essa era, e continuou sendo desde então, o maior interesse da França. E o mapa da Europa tinha de ser dividido e retraçado, tanto para enfraquecer a Alemanha quanto para preencher os grandes espaços vazios deixados na Europa e no Oriente Médio pela derrota e colapso em decorrência da guerra.

Posteriormente os países em cooperação, para tentar evitar novas guerras, resolveram através do Tratado de Versalhes criar a Liga das Nações em 1919, que teria como pilar principal a segurança coletiva que foi muito apoiada na época pelo presidente dos Estados Unidos (1912-1921) Woodrow Wilson, foi através de seu idealismo que os países passaram a se opor ao princípio do equilíbrio de poder, propondo uma segurança coletiva. Ou seja, uma tentativa dos Estados Unidos de estar na frente dentro do Sistema Internacional.

O Tratado de Versalhes tinha como objetivo “manter a paz”, porém a Alemanha liderada por Adolf Hitler, retomou uma supremacia com a ideia de que a segurança de sua nação provinha do equilíbrio de poder. As grandes potências não gostaram nada desse ato da Alemanha e houve a Segunda Guerra Mundial, quando novamente houve confronto entre os Aliados formado por Inglaterra, União Soviética, França e Estados Unidos e Eixo formado por Alemanha, Itália e Japão.

Segundo Lessa (2005) com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, foi criada a ONU - Organização das Nações Unidas, onde o objetivo principal seria a manutenção da paz entre os países. E ao mesmo tempo se estabeleceu uma Nova Ordem Internacional, que

¹ A situação da Itália neste acordo, no entanto, era instável na medida em que sua população era desfavorável ao estabelecimento de um acordo com o Império Austro-Húngaro, antigo inimigo de sua unificação. Quando houve a Primeira Guerra Mundial, o Império Austro-Húngaro e a Alemanha se viram em guerra com a Tríplice Entente, a Itália tendo prometido apoio às duas primeiras entrou para o lado da Tríplice Entente contra o Império Austro-Húngaro em 1915, e contra a Alemanha em agosto de 1916. A justificativa da Itália era de que a Tríplice Aliança era um acordo de defesa enquanto que na ocasião foram os impérios germânicos os ofensores.

era mantida através de do estabelecimento do mundo dividido em duas grandes zonas de influência, uma dos Estados Unidos e outra da União Soviética. Essas tensões entre os Estados Unidos e a União soviética, especialmente sobre a divisão de poderes políticos e econômicos na Alemanha, provocaram a Guerra Fria.

Kissinger (2015) afirma que a Guerra Fria foi o período caracterizado por uma ameaça direta a ordem internacional. Havia sido concebida como um confronto entre dois blocos antagônicos dominados respectivamente pelos Estados Unidos e pela União Soviética. E foi um período efetivamente bipolar, com a operação da aliança ocidental cabendo em essencial aos Estados Unidos, na condição de principal parceiro e líder.

Com todos os conflitos crescendo os Estados Unidos tratou de formar parceiros no seu grande embate ideológico contra a União Soviética. E foi a partir da ONU que houve uma abertura para que houvesse a criação de tratados, que tinham como princípio trazer aos Estados Unidos desenvolvimento político e econômico, porém pregava que era para trazer desenvolvimento político e econômico para todos Estados, tais tratados passaram a ser influenciados pelas corporações e organizações internacionais, ou seja, também pelos arranjos regionais que começaram a surgir.

Afirmando sua independência, e se definindo uma forte hegemonia, Os Estados Unidos se dispuseram a expandir essa afirmação num espaço global. Desta formam deu-se ao longo dos anos a criação dos arranjos regionais de segurança.

O primeiro deles foi o Tratado de Defesa Interamericana do Rio, também conhecido como Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em 1947, e foi coroado com a formação da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948. Em 1949 foi a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 4 de abril de 1949. E os EUA estendeu o sistema da aliança, por meio da SEATO - Organização do Tratado do Sudeste Asiático em 1954. Na mesma época, em 1955, os Estados Unidos deram a iniciativa para a criação da Organização do Tratado do Oriente Médio, com a participação do Reino Unido. Onde Turquia e o Iraque assinaram uma aliança de defesa, que foi chamado de Pacto de Bagdá. Esses acordos de segurança mútua eram criticados pela então União Soviética.

Desta forma por meio de ações através dos arranjos regionais de segurança os Estados Unidos vêm potencializando sua hegemonia. É umas dessas ações teve participação no Plano Colômbia (2000).

Pois após o fim da Guerra Fria e a desintegração da URSS, fez com que a política externa estadunidense substituisse o comunismo pelo narcotráfico como a grande

ameaça proveniente da América Latina à segurança nacional dos EUA.

Segundo Dario (2010), o narcotráfico na região foi elevado à agenda de segurança, tornando-se um assunto de extrema importância em questão de segurança internacional para os Estados Unidos e em questões financeiras, sobretudo pelos grandes interesses no estabelecimento de parte de suas forças militares no continente sul-americano.

Então através desse contexto, vamos debater a participação dentro do Plano Colômbia (2000) dos Estados Unidos em questão de segurança. Posteriormente a participação da Colômbia na OTAN, e como a imprensa abordou o fato.

Desta forma, tem-se como questão de problema de pesquisa: **Como a imprensa americana percebeu a entrada da Colômbia na OTAN e o que isso pode dizer sobre as relações Estados Unidos x América do Sul?**

O objetivo geral que se propõe a analisar a abordagem da imprensa americana sobre o caso da entrada da Colômbia na OTAN à luz do contexto de hegemonia dos Estados Unidos sobre o sistema internacional de segurança. E objetivos específicos que se propõem a: 1) Debater historicamente a construção da ordem internacional do pós-guerra e os posicionamentos dos Estados Unidos em relação aos temas da segurança internacional, dando especial destaque para as ações relativas ao Plano Colômbia; 2) Identificar na imprensa através dos jornais: El Espectador da Colômbia, El Razon da Bolívia, El Universal da Venezuela, El Comercio do Equador e The New York Times dos Estados Unidos a cobertura da entrada da Colômbia na OTAN em maio de 2018; e 3) Analisar a abordagem da imprensa americana sobre o caso da entrada da Colômbia na OTAN, em relação aos efeitos regionais e internacionais deste evento. E é através desses objetivos que iremos responder à pergunta de pesquisa.

Tendo em vista que as Relações Internacionais fazem parte do nosso cotidiano, e muitas vezes a sociedade não compreende o porquê da Ordem Internacional se caracterizar de tal forma, e por que os Estados Unidos são a maior potência mundial no Sistema Internacional. Por esse motivo o projeto tem como justificativa mostrar quais os fatores históricos foram importantes para que a Ordem Internacional se caracterize nos dias atuais.

Pretendo debater como se dá essa ordem através de análises do sistema internacional, das políticas externas dos Estados, do sistema de segurança internacional e dos arranjos regionais, como cada organização tem seu papel na História das Relações Internacionais.

E é nesse cotidiano que a sociedade se informa e busca saber sobre o sistema internacional através da imprensa, principalmente através dos jornais. Por isso a importância de estudar a abordagem da imprensa frente a acontecimentos que refletem na América do Sul, e são importantes no debate de Segurança Internacional.

Castro (2007) afirma que as ofertas dos temas são complexas e tem gerado, por consequência, a demanda por disciplinas específicas para descrever, explicar, prever e prescrever tais fenômenos internacionais. Por exemplo, as disciplinas próprias das Relações Internacionais como segurança internacional, processos de integração regional e organismos internacionais foram geradas a partir de demandas específicas de compreensão da dinâmica do processamento e da prevenção dos conflitos armados, de análise dos blocos geoeconômicos regionais e sub-regionais e da compreensão ampla do papel, da composição e da política dos organismos internacionais.

Esse conhecimento é importante na formação de uma internacionalista, afinal o saber internacional amplia nossas visões, redefine quem somos como cidadãos e molda a forma de analisar e tratar as pessoas. Somos nós que vamos através deste conhecimento questionar e transformar o Estado, através de suas atribuições como profissional das Relações Internacionais. Além disso, reforça a importância do que conhecemos e como conhecemos a estrutura da Ordem Internacional.

Por fim, com este projeto não busca suprir todas as dúvidas ou propor total conhecimento sobre o tema abordado, mas sim mostrar o conhecimento adquirido através das análises feitas e abrir portas para futuras pesquisadoras e pesquisadores sobre o assunto. Porém todos dados aqui apresentados possuem coerência e credibilidade, levando em consideração o estudo feito através de material de importantes teóricos das Relações Internacionais.

Este projeto tem como método de pesquisa a abordagem qualitativa. A qual não se preocupa com fatores numérico, e sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.

De acordo com Gil (2002) os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos e se valem de diferentes abordagens. As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo

natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

Quanto aos objetivos trata-se de uma pesquisa explicativa, pois preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Ou seja, este tipo de pesquisa explica o porquê das coisas através dos resultados oferecidos. Segundo Gil (2002), uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado.

No que se refere aos procedimentos utilizados neste estudo, trata-se de procedimentos bibliográficos e documentais.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002).

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002).

Por fim, é através desses métodos e procedimentos que se dará a análise de dados para elaboração desse projeto.

O trabalho está organizado em quatro capítulos, após a introdução. O primeiro capítulo traz um histórico sobre poder e segurança na história das relações internacionais, mostrando os caminhos que os Estados Unidos seguiram para alcançar sua hegemonia a partir do século XVII. A evolução da segurança internacional através dos conceitos de equilíbrio de poder e as relações internacionais da Europa no século XVII ao XIX.

Também será apresentado a segurança coletiva a partir do advento da Primeira Guerra Mundial, e como foi que se deu início aos princípios de segurança coletiva. E a ordem internacional que se deu a partir da Guerra Fria, e como os acontecimentos passados como a Paz de Vestefália, a Guerra da Criméia, tiveram grande relevância para essas mudanças no equilíbrio de poder e como se estabeleceu a segurança coletiva. O fim Guerra Fria e a desintegração da URSS, fez com que a política externa estadunidense substituísse o comunismo pelo narcotráfico como a grande ameaça proveniente da América Latina à segurança nacional dos EUA. O segundo capítulo traz a cobertura da imprensa sobre a entrada da Colômbia na OTAN em maio de 2018. O terceiro capítulo traz a análise da abordagem feita pela imprensa sobre o caso entrada da Colômbia na OTAN em maio de 2018, mostrando o posicionamento dos Estados Unidos na segurança internacional. E o quarto e último capítulo será composto pelas com as considerações finais e conclusão.

2 PODER E SEGURANÇA NA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Para que possamos compreender o papel dos arranjos de segurança regional na manutenção da ordem dos Estados Unidos, e o que isso reflete em questões de segurança internacional atualmente é necessário que façamos debates sobre os eventos ocorridos a partir do século XVII. Para tanto, esse capítulo tem por objetivo debater a evolução da segurança internacional. Serão apresentados num primeiro momento os conceitos de equilíbrio de poder e as relações internacionais da Europa no século XVII ao XIX, na sequência faremos um debate sobre a segurança coletiva a partir do advento da Primeira Guerra Mundial, e como foi que se deu início aos princípios de segurança coletiva. Assim ao longo deste capítulo será debatido a ordem internacional que se deu a partir da Guerra Fria, e como os acontecimentos passados como a Paz de Vestefália, a Guerra da Criméia, tiveram grande relevância para essas mudanças no equilíbrio de poder e como se estabeleceu a segurança coletiva.

2.1 EQUILÍBRIO E DESEQUILÍBRIO DE PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS EUROPEIAS

No tempo presente, o dilema de Segurança Internacional voltou a ser destaque com o fim da Guerra Fria, quando se deu uma nova visão, que já era defendida há muito tempo, de que interesses e desafios econômicos são mais importantes na condução do Estado, do que os interesses da área militar. O debate sobre segurança segue duas linhas, ou seja, a do realismo e a do idealismo, onde apresentam visões diferentes.

Ricardo Pereira Cabral (2013), fala que a corrente realista defende a centralidade do poder, o Estado nas relações internacionais em um ambiente de anarquia, acumulando e defendendo sua soberania e seus interesses nacionais. Princípios morais e éticos são importantes, mas são particulares e devido à anarquia que caracteriza o sistema internacional, o governante se impõe como prioridade absoluta a defesa do interesse nacional e a sobrevivência do Estado, ignorando tais princípios. Os realistas defendem que as decisões na política externa são tomadas de maneira independente ou com pouca influência da política interna, pois são diretamente dependentes da conjuntura internacional e das oportunidades que se oferecem para se atingir aos objetivos nacionais. Os Estados convivem e se relacionam com outros Estados, mas como todos têm objetivos nacionais

conflitantes, existe sempre o perigo da eclosão de crises e/ou de conflitos armados gerando circunstâncias que podem ser definidas como dilema de segurança.

Esses estudos têm origem nos debates acerca das tentativas hegemônicas dos Habsburgo sobre o centro europeu e Escandinávia, que deram origem às Guerras dos Trinta Anos. Segundo Kissinger (2015), após a Guerra dos Trinta Anos (1618 a 1648), depois alguns anos de conversas a fim de viabilizar uma conferência de paz para o continente após um longo lastro de morte, destruição e esgotamento econômico, centenas de negociadores das mais de 100 unidades políticas envolvidas na Guerra dos Trinta Anos se reuniram nas cidades vestifalianas de Osnabrück e Münster para selar um acordo de paz. Para o autor, a Paz de Vestfália adquiriu uma ressonância especial como o marco do advento de um novo conceito de ordem internacional que se disseminou pelo mundo. Tornou-se um ponto de inflexão na história das nações porque os elementos que instituiu eram simples, mas exaustivos.

A principal característica desse sistema, e o motivo de ele ter se espalhado pelo mundo, residia no fato de que suas disposições tinham a ver mais com procedimentos do que com substância. Caso um Estado aceitasse esses requisitos básicos, poderia ser reconhecido como um cidadão internacional capaz de manter sua própria cultura, política, religião e práticas internas, protegido pelo sistema internacional contra intervenções externas. Portanto, para Kissinger, o conceito vestfaliano tomava a multiplicidade como seu ponto de partida e unia uma múltipla variedade de sociedades, cada uma aceita como uma realidade, numa busca comum por ordem.

A Paz de Vestfália não determinava um arranjo específico de alianças ou uma estrutura política europeia permanente. E com o fim da Igreja universal como fonte última de autoridade, e com o enfraquecimento do Sacro Imperador Romano, o conceito ordenador da Europa passou a ser a balança de poder, a qual, por definição, envolve neutralidade ideológica e a capacidade de adaptação a circunstâncias em constante mudança.

Contudo, a estrutura estabelecida com a Paz de Vestfália representou a primeira tentativa de institucionalizar uma ordem internacional com base em regras e limites formulados em comum acordo e a ser baseada numa multiplicidade de forças e não na supremacia de um único país. Com todas as suas ambiguidades, a balança de poder era considerada um avanço em relação aos excessos das guerras religiosas. Porém, como funcionaria a balança de poder? Teoricamente, era para funcionar com base numa realidade evidente; como consequência, todos os participantes deveriam vê-la da mesma maneira. Mas as percepções de cada sociedade são afetadas por sua estrutura interna, sua cultura e

sua história, e pelo fato de que elementos de poder — por mais objetivos que sejam — estão em constante movimento. Por isso a balança de poder precisa ser calibrada de tempos em tempos. Ela produz as guerras cuja extensão ela própria também limita (KISSINGER, 2015).

Porém, a Paz de Vestfália, como um equilíbrio de poder, não conseguiu manter a paz por muito tempo. Então em 1713 foi determinado um novo acordo para reorganizar a ordem na Europa, a Paz de Utrecht a qual pôs fim à guerra da sucessão espanhola, mas não conseguiu diminuir os anseios franceses. No entanto, a Grã-Bretanha tentou conter este crescimento francês, estabelecendo o equilíbrio de poder na Europa através de suas sucessivas alianças. Que nesse sentido o equilíbrio de poder é como um meio encontrado pelos Estados em manter um determinado sistema até o momento em que um destes Estados atinja sua supremacia. Como se a paz adquirida pelo equilíbrio de poder correspondesse a uma recuperação da última guerra, já preparando para a próxima.

Segundo Dias (2006) em 1815, o Congresso de Viena concretizou esta ideia de equilíbrio de poder na Europa. Grã-Bretanha, Áustria, Rússia e Prússia conseguiram conduzir as relações internacionais e manter uma relativa paz durante cem anos. Relativa por não ter conseguido minimizar a ganância de outros Estados, afinal, este sistema pode ter colocado fim à hegemonia francesa comandado por Napoleão Bonaparte, sobre a Europa.

Para José Flávio de Sombra Saraiva (2003), quando houve a reunião em Viena, em 1814-1815, as grandes potências tinham desafios circunstanciais a enfrentar, mas pretendiam nortear as relações internacionais com visões de longo alcance. Era preciso conter o movimento revolucionário, as “ideias francesas” que Napoleão, do norte da África, esparramara, à força, pela Europa continental, até o interior da Rússia. O Pacto da Santa Aliança, firmado em 26 de setembro de 1815 pelas monarquias absolutistas da Áustria, da Prússia e da Rússia, com base nas doutrinas arcaicas da unidade cristã e do direito divino dos príncipes, pretendia colocar as relações internacionais sob a égide do cristianismo. Era uma proposta aberta à adesão de todas as cortes europeias.

Ainda segundo os estudos de Saraiva (2003), em 1830, na França, houve a queda da dinastia imposta pelos aliados em 1814 e significou um avanço liberal. No mesmo ano, a Bélgica rompeu com os países baixos, com apoio político concertado entre França e Grã-Bretanha. A independência da Bélgica modificava, pela primeira vez, a carta europeia de 1815, como as independências da América Latina haviam infringido, também pela primeira vez, o princípio da legitimidade. A insurreição polonesa em 1830 não teve,

todavia, a mesma sorte: eclodiu contra a dominação russa e acabou esmagada. Além do mais, a Áustria prosseguia reprimindo os movimentos liberais do norte da Itália, e a Prússia, os dos estados alemães. A insurreição, que vinha de 1815, tomou feição de revolução nacional por volta de 1822-1825 e deparou-se com o envolvimento da Inglaterra e da Rússia, de seu lado, e, ainda, com o da França na condição de moderador.

Desrespeitando os princípios da Santa Aliança, os russos moviam-se com o intuito de enfraquecer o Império Otomano e criar facilidades de expansão para o Mediterrâneo. Por seu turno, os ingleses moviam-se precisamente pelo temor do engrandecimento russo e, por isso, não aceitavam o esfacelamento do Império Otomano, que os franceses propunham para liquidar com o mapa geopolítico de Viena e fazer nova carta beneficiando os grandes.

No início da segunda metade do século XIX, o quadro europeu prenunciava, pois, as relações internacionais intensas e agitadas, sob o impulso dessas novas forças econômicas, políticas, espirituais e demográficas. O sistema de hegemonia passaria por três guerras de reajuste, antes que o Império Alemão, restaurasse o equilíbrio e, novamente, tornasse as potências europeias cooperativas, mediante novo sistema de acordos para preservação da paz: a Guerra da Crimeia e as guerras de unificação da Itália e da Alemanha.

Para Kissinger (2015) a Guerra da Criméia de 1853 a 1856 rompeu a unidade entre os Estados conservadores, que tinha sido um dos dois pilares da ordem internacional de Viena. Na Guerra da Criméia, Napoleão viu o expediente capaz de pôr fim ao seu isolamento ao se aliar à Grã-Bretanha em seu esforço histórico para impedir que a Rússia avançasse rumo a Constantinopla e chegasse ao Mediterrâneo. O alinhamento de fato pôs em questão o avanço russo, mas ao custo de uma diplomacia cada vez mais fragilizada.

Durante uma disputa sobre qual denominação, católica ou ortodoxa, teria o principal acesso aos lugares santos, o czar Nicolau I pediu o reconhecimento do seu direito de agir como “protetor” de todos os súditos ortodoxos do Império Otomano, uma população de tamanho significativo, que se estendia por territórios considerados estratégicos. A recusa dos otomanos provocou um avanço das tropas russas nos Bálcãs e hostilidades navais no mar Negro. Seis meses depois, temendo o colapso do Império Otomano e o fim do equilíbrio europeu, a Grã-Bretanha e a França entraram na guerra do lado dos otomanos. Os sistemas de alianças do Congresso de Viena, em consequência disso, se viram abalados. A guerra recebeu esse nome porque uma força franca-britânica desembarcou na Crimeia para tomar a cidade de Sebastopol, sede da frota russa do mar Negro.

Ainda de acordo com Kissinger (2015) as tropas russas resistiram ao cerco

durante 11 meses antes de afundar os seus navios. A Prússia permaneceu neutra. A Áustria, decidiu tirar vantagem do isolamento russo para reforçar suas posições nos Bálcãs, mobilizando tropas austríacas na região. A diplomacia austríaca preferiu apoiar o esforço de guerra britânico e francês, com medidas cujo teor se assemelhava ao de um ultimato. O esforço para isolar a Rússia acabou por isolar a Áustria. Não demorou dois anos para que Napoleão invadisse as possessões austríacas na Itália em apoio à unificação italiana, enquanto a Rússia assistia impassível. No interior da Alemanha, a Prússia ganhou liberdade de manobra. No período de uma década, a Alemanha já estava no caminho da unificação, excluindo a Áustria daquele que tinha sido seu papel histórico. A Áustria aprendeu tarde demais que, na política internacional, uma reputação de confiança é um patrimônio mais importante do que demonstrações de esperteza tática. Com a Alemanha unificada e a França fixada na posição de adversária, o sistema perdeu sua flexibilidade.

Lessa (2005) entende que após a unificação a Alemanha surgiu como a maior potência da Europa Continental, com um grande e bem treinado exército, forças navais em expansão e, especialmente, dotada excelente estrutura de transporte e comunicações e de um parque industrial moderno e em franca expansão. Com esse novo ator nas relações internacionais era nítido de que o equilíbrio de poder desde o Congresso de Viena em 1815 havia sido rompido. A diplomacia europeia precisava encontrar um novo modo para ajustar as diferenças entre as potências e definir um novo equilíbrio.

Desde 1871 espalhou-se por todo esse continente, uma tensão por conta das guerras de unificação da Alemanha, que se estendeu até 1914, quando se deu no início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O período de 1871 a 1890, segundo Lessa (2005) foi quando as relações entre as potências foram dominadas por alianças, pela corrida de novos territórios, pois poder naquela época também era metido através da conquista de colônias. E foi nessa época que a Alemanha se mostrava com um potencial econômico e militar suficiente para romper com o equilíbrio de poder da Europa desde 1815. As dinâmicas internacionais foram sofrendo importantes avanços na área econômica e tecnológica. Nessa época Estados Unidos e Japão que estiveram alheios aos conflitos da grande política europeia, consolidavam a sua modernização e crescimento econômicos e preparavam as bases para a expansão que marcaria a política mundial na fase seguinte.

A política europeia foi marcada pelas tensões entre as grandes potências, que se organizaram em blocos de poder através de seus interesses, que era caracterizado pela busca de equilíbrio. Ou seja, os países passaram a se reestruturar, trazendo a transformação no equilíbrio de poder, fazendo com que a Alemanha fosse buscar um status internacional,

levando a Primeira Guerra Mundial em 1914, que teria Tríplice Entente formada por Inglaterra, Rússia e França que enfrentaria a Tríplice Aliança formada por Alemanha, o império Austro-Húngaro e Itália².

2.2 UNIVERSALIDADE E SEGURANÇA: OS DEBATES SOBRE SEGURANÇA COLETIVA NA TRANSIÇÃO DAS ORDENS INTERNACIONAIS (1919-1945)

Após os conflitos da Primeira Guerra, a ideia de interdependência entre os Estados foi amplamente discutida, o que exigiria uma forte cooperação entre todos os Estados. E os Estados resolveram criar, em 1919 através do Tratado de Versalhes a Liga das Nações, que possuía três pilares principais: a segurança coletiva, resultante do princípio de que a ameaça a um representa uma ameaça a todos, a arbitragem como meio normal de resolução de conflitos. E mesmo não tendo o poder de proibir a guerra, a Liga tinha o propósito de implantar nas relações internacionais uma certa estrutura que desestimulasse a guerra.

A Liga das Nações como uma tentativa de impedir uma nova guerra, e é um exemplo da concretização do ideário liberal nas Relações Internacionais, que na perspectiva de Woodrow Wilson e daqueles que o apoiavam, as guerras ocorriam por falha no equilíbrio de poder, e se fosse possível impedir as guerras seria através da Segurança Coletiva. Obviamente a Organização das Nações Unidas foi criada para impedir novas guerras a partir do fim da Segunda Guerra Mundial.

Segundo os estudos de Cabral (2013), o liberalismo é uma das teorias dominantes nas relações internacionais e a sua influência cresceu muito com o fim da Guerra Fria (1947- 1991). O liberalismo tem suas origens no iluminismo a partir do século XVIII, no liberalismo político e econômico partir do século XIX e no idealismo Wilsoniano no século XX. Os liberais creem que apesar da anarquia do sistema internacional, a guerra pode ser evitada ou até eliminada mediante a ação coletiva dos Estados e de uma legislação internacional. Esta teoria caracteriza-se pela preocupação com as liberdades individuais e pelo livre-comércio; defende o regime político liberal-democrático, estabelecendo uma relação direta entre democracia e paz; acredita na regulação das relações internacionais

² A situação da Itália neste acordo, no entanto, era instável na medida em que sua população era desfavorável ao estabelecimento de um acordo com o Império Austro-Húngaro, antigo inimigo de sua unificação. Quando houve a Primeira Guerra Mundial, o Império Austro-Húngaro e a Alemanha se viram em guerra com a Tríplice Entente, a Itália tendo prometido apoio às duas primeiras entrou para o lado da Tríplice Entente contra o Império Austro-Húngaro em 1915, e contra a Alemanha em agosto de 1916. A justificativa da Itália era de que a Tríplice Aliança era um acordo de defesa enquanto que na ocasião foram os impérios germânicos os ofensores.

mediante a construção de uma legislação internacional, baseada em preceitos éticos e morais universais, e que a presença de instituições internacionais estimula a cooperação entre os Estados e a solução pacífica das controvérsias.

Para os liberais, a formulação da política externa dos Estados se faz a partir do respeito aos direitos individuais, o respeito à opinião pública, ao estado de direito, a normalidade institucional, transparência e publicidade das decisões do Estado. Os liberais confiam que as instituições internacionais, o direito internacional e os instrumentos jurídicos internacionais (mediação, arbitragem e os tribunais internacionais), e a noção de segurança coletiva, podem prevenir a eclosão de guerras e que até a própria guerra poderia ser eliminada pelo desarmamento (CABRAL, 2013).

De acordo com Herz e Hoffman (2004), a Liga das Nações foi a primeira organização internacional universal, os criadores achavam que poderiam incluir todos os Estados soberanos que escolhessem compor os quadros. O objetivo era lidar com a ordem internacional global, por esse motivo não foi imposto critérios regionais, de tamanho ou de poder dos Estados. Entre 1914 a 1918 as bases para a construção da Liga foram se estabelecendo. Os governos francês e britânico criaram comitês para preparar as propostas. O presidente americano obviamente apoiava uma nova ordem mundial.

O presidente dos Estados Unidos (1912-1921) Woodrow Wilson foi considerado símbolo desse período, pois foi um impulsionador da Liga das Nações, ele propôs algumas regras que criassem uma ordem mundial e foi através de seu idealismo que se opôs ao princípio do equilíbrio de poder, propondo uma segurança coletiva.

Segundo Nye (2009) na realidade, está segurança coletiva pouco se diferenciava do equilíbrio de poder no que diz respeito à pretensão em estabelecer uma ordem na anarquia internacional através da manutenção do poder de alguns Estados.

De acordo com Castro (2007) a segurança coletiva sinaliza um conjunto de medidas tomadas no âmbito de um organismo internacional. A segurança coletiva é um princípio segundo o qual um ataque a qualquer um dos Estados integrantes de um determinado organismo internacional representa um ataque a todos os demais Estados-Membros. A ameaça ou ataque demandará, pela lógica da segurança coletiva, resposta imediata e enérgica de todos os demais Estados-Membros. A segurança coletiva se fundamenta em um estatuto jurídico governante, na deliberação coletiva e na resposta conjunta em razão do ato de agressão ou ameaça de agressão.

Neste sentido, para Cabral (2013), a segurança coletiva não foi mais do que uma nova tentativa dos Estados Unidos em definir um Sistema Internacional

correspondente aos seus interesses, da mesma forma que vários Estados europeus almejavam. E ainda no período entre guerras (1918-1939), a maior prova de que os ideais estadunidenses não eram verídicos foi a não-adesão à Liga das Nações, retomando a sua antiga posição de não interferirem em assuntos externos. Assim, o fato de privilegiar alguns Estados, apesar de que é um posicionamento contrário ao equilíbrio de poder, existe a presença preponderante desta forma de organização para manter a ordem. Dessa forma, a Liga das Nações não conseguiu efetivar seus ideais, justamente, por ter sido idealizada para manter o poder de alguns países, sobretudo dos europeus, e não da paz.

Para Herz e Hoffman (2004) o sistema de segurança coletiva tomaria o lugar da balança de poder, e segundo o presidente americano, a balança de poder seria substituída por uma comunidade de poder e rivalidades organizadas por uma paz comum organizada. A Liga seria organização de Estados democráticos na arena da política internacional. A hegemonia dos Estados Unidos consentiu para aliar a ideia de ordem internacional e a legitimidade do Estado liberal democrático. O princípio da autodeterminação era, para Wilson, um corolário da defesa do Estado liberal democrático, ou seja, a estabilidade do sistema seria muito mais provável.

O Tratado de Versalhes também não conseguiu efetivar a paz, pois além de humilhada, a Alemanha foi excluída, e ressurgiu com toda a força sob a liderança de Adolf Hitler, contra o princípio da autodeterminação de Wilson para a ordem internacional. Retomando uma supremacia de uma ordem dita coletiva que na verdade provinha do equilíbrio de poder. Com todo esse fracasso houve a explosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), onde os ideais pacifistas ganharam nova força com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, que tinha objetivo repensar a incapacidade dos Estados de cooperarem para a construção de uma paz estável.

A Liga das Nações e a Organização das Nações Unidas foram instituições criadas com bases nestes valores universais com o propósito de manter a paz mundial, mas, com a visão idealista ou internacionalista, a qual, não considera os indivíduos como membros da sociedade internacional, mas, os Estados. Além disso, a alegação que nesta nova forma de organização internacional baseada na segurança coletiva, que não existe um equilíbrio de poder, pois é visível o oligopólio ou se não o monopólio estadunidense na estrutura organizacional das Nações Unidas (DIAS, 2006). Veremos este debate na sequência.

2.3 O ESTABELECIMENTO DA ORDEM INTERNACIONAL DO PÓS GUERRA E OS DILEMAS DE SEGURANÇA

De acordo com Castro (2012) após o fim da Segunda Guerra Mundial estabeleceu-se uma Ordem Internacional que refletia os valores dos vencedores do conflito, cujos princípios políticos iriam amoldar a macro conjuntura internacional partilhando o poder hegemônico entre EUA e URSS à luz dos longos ciclos hegemônicos. A Ordem é criada e por ela são dissolvidas as instituições multilaterais. Ou seja, a nova Ordem é causa e efeito, é princípio e conclusão, é nascimento e extinção da macroestrutura das Relações Internacionais em determinados compartimentos históricos.

Nem mesmo a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, foi capaz de garantir a paz ou mesmo uma ordem determinada pelo oligopólio de alguns países, membros do Conselho de Segurança.

A ONU é uma organização intergovernamental, sendo a arena mais universal para a negociação de normas internacionais, mas também é um ator, assumindo posições e produzindo ideias dentro dos limites estabelecidos pelos Estados que a constituíram. Seu caráter intergovernamental não impediu que as normas produzidas no âmbito do sistema abandonassem o princípio de que o direito internacional se constitui de normas referentes às relações apenas entre Estados (HERZ; HOFFMAN, 2004).

De acordo com Saraiva (2003), quarenta e nove Estados reunidos em São Francisco em 1945, tinham o objetivo de criar os instrumentos para gerenciar a paz do pós-guerra. A aliança, uma necessidade dos tempos de guerra, cederia lugar ao esforço de reconstrução das relações internacionais sustentado no compromisso e no diálogo. Os membros que assinaram a carta estavam de acordo com os reparos que foram referidos a Liga, ou seja, o uso da força era tornado ilegal, porém havia algumas exceções, como: o uso da força poderia ser usado em defesa própria, em defesa coletiva ou pela segurança coletiva.

Para Nye (2009), o sistema de segurança coletiva tem objetivo principal substituir o sistema de balança de poder e o uso da força como a única forma dos Estados garantirem sua segurança e soberania. Trata-se da institucionalização de mecanismos de negociação visando à busca de soluções pacíficas para controvérsias e prevenção de conflitos, por meio do estabelecimento de regras muito claras para o uso da força como, por exemplo, o conceito de autodefesa para os casos de agressão e um arcabouço jurídico que regulamenta as atribuições, deveres e direitos dos Estados-membros.

Dentro da ONU foram criados diversos órgãos, porém o que focaremos será o Conselho de Segurança, ele foi composto por cinco membros permanentes e membros não permanentes. Ney (2009) fala que o “Conselho de Segurança pode ser visto como um conceito de equilíbrio de poder do século XIX integrado na estrutura da segurança coletiva da ONU”. O Conselho de Segurança conforme o Capítulo VII da carta, pode aprovar resoluções obrigatórias, e os cinco membros possuem o poder do veto, ou seja, podem não concordar com certas resoluções.

De acordo com Cabral (2013) os desenvolvimentos políticos na época moldaram esses arranjos econômicos internacionais. Crescentes tensões entre os Estados Unidos e a União soviética, sobre a divisão de poderes políticos e econômicos na Alemanha até o fim dos anos 1940, culminaram na Guerra Fria (1947-1991). Os dois superpoderes e suas alianças rivais disputaram a dominância econômica, política e militar mundial no período pós-guerra. Motivados pela segurança nacional, expansão econômica e vantagem militar internacional, ambos mantiveram controle dos seus aliados e de outras esferas de interesse por meio da força bruta ou da influência econômica.

Kissinger (2015) afirma que a Guerra Fria foi o período caracterizado por uma ameaça direta à ordem internacional, havia sido concebida como um confronto entre dois blocos antagônicos dominados respectivamente pelos Estados Unidos e pela União Soviética. E foi um período efetivamente bipolar, com a operação da aliança ocidental cabendo em essencial aos Estados Unidos, na condição de principal parceiro e líder.

Porém, em contrapartida, a análise de Anderson (2012) nos parece mais adequada, de que a estratégia central dos Estados Unidos na guerra fria era a de contenção. A URSS não era apenas um Estado cujos governantes estavam comprometidos com a derrubada política do capitalismo. Ela se constituía em um formidável domínio militar que havia subjugado os exércitos de Hitler em um momento em que os Estados Unidos eram pouco mais que espectadores na Europa, e agora gozava de uma vantagem esmagadora em relações de força convencionais no continente.

A construção da Ordem Internacional e os dilemas de segurança que se apresentavam no cenário da Guerra Fria conduziram à criação de estratégias de defesa global, em organizações internacionais lideradas pelos Estados Unidos.

De acordo com Fuccile e Rezende (2013, p. 78) os arranjos regionais de segurança buscam entender as questões de segurança internacional, a partir de um enfoque regional. Ou seja, os problemas de segurança são decorrentes da sua região, porém também sobre com a interferência do Sistema Internacional. Os autores têm consciência de que são

interligados e que seus problemas de segurança não podem ser resolvidos separados um dos outros. Um sinal de segurança é quando se alia aos quatro níveis de análise: doméstico, Estado-Estado, entre regiões e o papel de potências externa. Alguns elementos que aproximam o realismo da teoria dos arranjos.

Dentre as principais teorias, destacam-se: A suposição de que os arranjos regionais se organizam em um ambiente anárquico; ainda que existem outras, o Estado continua sendo a unidade principal das relações internacionais; A percepção da importância das balanças de poder para a análise dos cenários de segurança e de percepção de ameaças. os arranjos regionais de segurança podem ser definidos de duas formas: padrão ou centrado. No padrão não existe presença de uma potência global, ou seja, o poder é definido em termos de polaridade regional. Nesse contexto há amizades e inimizades entre envolvidos. já os arranjos centrados são caracterizados de tais formas: unipolares, sendo o polo uma grande potência; unipolares, sendo o polo uma superpotência; centrados, isto é, são mais integrados por instituições e não por um poder regional. Ou ainda pode haver um arranjo centrado unipolar, mas a sua potência regional não é uma potência em nível global.

Seguindo as linhas de estudo de Anderson (2012), os EUA haviam se certificado da fidelidade de um cortejo latino americano numericamente, Tratado de Defesa Interamericana do Rio, também conhecido como Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em 1947, e foi coroado com a formação da Organização dos Estados Americanos (OEA), com sede em Washington e expressamente dedicada à luta contra a subversão, em 1948. Essa ação afirmou o conceito de segurança coletiva do continente americano. Por ele as nações latino-americanas, formariam uma frente comum caso houvesse a agressão de uma potência externa, ou seja, União Soviética. O TIAR serviu também para que as relações entre os militares se estreitassem.

Os Estados Unidos reuniam todas as condições para impor sua multilateralidade econômica ao mundo, como também o seu projeto de poder ocidental. A política de poder mundial era um corolário dos dois elementos anteriores. Finalmente, o desdobramento militar da liderança ocidental dos Estados Unidos na guerra fria foi a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 4 de abril de 1949. Expressão estratégica da febre anticomunista das lideranças daquele país, a OTAN foi proposta por Truman para agrupar 12 nações ocidentais em torno de um pacto de defesa contra as possíveis agressões militares soviéticas. O grande compromisso dos Estados Unidos com a OTAN era promover a criação do escudo atômico sobre a Europa Ocidental. Criada para reagir a qualquer ataque armado contra os membros da aliança na Europa e na América do

Norte, a OTAN estabelecia como princípio básico a defesa coletiva das liberdades democráticas dos países capitalistas (SARAIVA, 2003).

E de acordo com Kissinger (2015), a diplomacia Leste-Oeste, de forma mais ou menos automática, viria a refletir o equilíbrio de poder. E os EUA estendeu o sistema da aliança, por meio da SEATO - Organização do Tratado do Sudeste Asiático em 1954, a organização foi planejada para ser uma versão asiática da OTAN, na qual as forças militares de cada um de seus membros seriam coordenadas para fazer a defesa de cada um dos países signatários. A SEATO usava partes das forças armadas de cada país-membro para manobras militares conjuntos anuais. E obviamente Estados Unidos fazia parte da SEATO. Na mesma época, em 1955, os Estados Unidos deram a iniciativa para a criação da Organização do Tratado do Oriente Médio, com a participação do Reino Unido. Onde Turquia e o Iraque assinaram uma aliança de defesa, que foi chamado de Pacto de Bagdá. Esses acordos de segurança mútua eram criticados pela então União Soviética.

Com todos esses tratados, desenvolvimento político e econômico, geral dos Estados, eles passaram a ser influenciados pelas corporações e organismos internacionais também pelos arranjos regionais que começaram a surgir. Verificou-se no continente americano um movimento objetivando a integração dos países nas mais diversas áreas, tais como segurança coletiva, cooperação econômica, política, cultural.

É nítido perceber que os Estados Unidos se instalaram por todo o mundo através dos arranjos regionais de segurança durante e após a Guerra Fria. E vale ressaltar que foi a partir da ONU que houve uma abertura para que houvesse a criação de tratados, que tinham como princípio trazer aos Estados Unidos desenvolvimento político e econômico, porém pregava que era para trazer desenvolvimento político e econômico para todos Estados, tais tratados passaram a ser influenciados pelas corporações e organismos internacionais, ou seja, também pelos arranjos regionais de segurança que começaram a surgir.

Para Anderson (2015), além dos arranjos regionais de segurança, a ameaça representada pelo Exército Vermelho³ teve de ser intimidada com um arsenal superior de destruição. Soma-se a isso que, em 1949, muito antes do que a inteligência norte americana esperava, ocorreu o primeiro teste soviético de uma bomba desse tipo. O Pentágono⁴ não havia estado ocioso, no entanto, e em 1952 testou uma bomba de hidrogênio. Dessa vez, a

³ Exército Vermelho era o nome dado às forças armadas da União Soviética.

⁴ O Pentágono é a sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos criado em 1941.

réplica soviética foi ainda mais rápida, com uma explosão rudimentar em 1953. Mas apesar disso, os EUA ainda estavam muito à frente – o dispositivo que eles explodiram sobre o atol de Bikini, no ano seguinte, seria trinta vezes mais destrutivo do que o contra-ataque soviético de 1955. As armas nucleares tinham de ser não apenas desenvolvidas, mas também entregues. Nisso também os Estados Unidos mantiveram por vinte anos uma liderança contínua. E que em meados dos anos 1950, a lenda de uma “diferença em bombardeiros” levou à construção de mais de dois mil bombardeiros estratégicos em um momento em que a Rússia não possuía mais do que vinte dessas aeronaves.

Sobre a guerra nas estrelas, o lançamento de um satélite Sputnik pela União Soviética, rapidamente ultrapassado na corrida espacial por foguetes norte americanos mais poderosos, provocou grande aumento dos gastos militares, justificado por alegações de que Moscou tinha aberto uma “diferença em mísseis” nas defesas norte americanas, quando havia apenas quatro protótipos de mísseis balísticos intercontinentais soviéticos e o estoque de ogivas dos EUA era quase dez vezes maior do que o da URSS. Logo em seguida, o desenvolvimento da tecnologia por parte do Pentágono colocou os EUA à frente novamente. No início dos anos 1970, quando a Rússia finalmente alcançara os EUA em mega toneladas nucleares e número, se não em qualidade, de lançadores e alegava paridade estratégica, as ogivas norte americanas ainda eram o triplo das suas. O equilíbrio estratégico global, é claro, nunca foi simplesmente uma questão de foguetes (ANDERSON, 2012).

Desde 1947, a grande estratégia estadunidense sustentava-se em três prioridades: a contenção da URSS, a contenção do comunismo e a disseminação da ordem liberal democrática. As teses de fim da história a partir da dissolução da bipolaridade simbolizava a concretização destes objetivos de forma coordenada e a disposição positiva dos e seus aliados em integrar seus antigos adversários em seu sistema de relações estatais e multilaterais (PECEQUILO, 2012).

2.4 OS DILEMAS DE SEGURANÇA ADVINDOS DO FIM DA GUERRA FRIA

Como vimos até aqui, um Estado cresce economicamente e mantém a coerção governamental, mas também tem poderes políticos e institucionais, resultando no controle central do seu território e população, através de meios de violência dentro das fronteiras desse Estado e fora dele, ou seja, a sociedade que o engloba. Então, como definir a segurança de um Estado?

De acordo com os estudos de Nye (2009) o conceito de segurança deve ser aplicado à segurança do Estado, ou seja, em termos de território e suas instituições, e da segurança daqueles que representam a territorialidade e institucionalidade dele. Portanto, uma situação de segurança/insegurança é definida em relação às vulnerabilidades, tanto interna quanto externa, que ameacem ou têm o potencial de derrubar ou enfraquecer as estruturas do Estado. Essa maior sensação de insegurança reforçou ainda mais a tendência de expansão do conceito de segurança no mundo com o fim da Guerra Fria.

De acordo com Pecequillo (2013) a fase do pós-Guerra Fria (1989 em diante), ainda deu continuidade para as transformações dos sistemas políticos, econômicos e sociais. E que essa realidade complexa e fragmentada, cujos impactos afetam o desempenho nacional e internacional dos Estados Unidos nesse período. Tal complexidade das relações políticas e sociais estabelecida pela estrutura de poder dos Estados Unidos gera um sistema governamental no qual não existe uma definição clara das atribuições de Executivo e Congresso. Portanto, com essas variações de táticas dos Estados Unidos no mundo e nas organizações de suas relações internas, refletem no contexto do país e correspondem aos fundamentos do sistema estadunidense.

No novo cenário pós-Guerra Fria os Estados Unidos agora estavam sozinhos como uma superpotência, a primeira na história do mundo. Isso não significava que poderiam descansar sobre os louros colhidos. As estratégias do Estado norte americano haviam sido ampliadas, a partir das estratégias de seus governantes.

Nos anos 1990, Anderson (2012) conta que a virada neoliberal havia desregulamentado mercados financeiros internacionais, forçando a abertura das economias nacionais até então semifechadas, e os Estados Unidos eram, estrategicamente, os mestres de um mundo unipolar. Nessas condições, os EUA podiam pela primeira vez aplicar pressão sistemática sobre Estados vizinhos para fazer com que suas práticas se conformassem aos padrões estadunidenses. Não era mais possível tratar o livre mercado com menosprezo. Seus princípios tinham de ser observados.

Pecequillo (2013) aponta que a política é um reflexo da sociedade da qual emerge e representa suas contradições. E que as novas estratégias dos Estados Unidos nesse período de pós-Guerra Fria foram no governo de Bill Clinton (1993/2001), onde se buscava o engajamento e expansão; a Doutrina de Bush, com George W. Bush (2001/2008) e a Doutrina de Obama, do democrata Barack Obama (2009/2012).

O autor Anderson (2012) ainda afirma que a proteção social ou nacional que os

infringisse, deveria ser extinta. O Consenso de Washington⁵ – imperativos compartilhados por FMI, Banco Mundial e Tesouro dos EUA – traçou as regras adequadas para o Terceiro Mundo. Mas foram as crises financeiras mexicana e asiática, um resultado direto do novo regime de finanças globais sem entraves, que deram ao governo Clinton a oportunidade real de executar as normas dos Estados Unidos de condutas ao mercado. De longe o país com o mercado de capitais mais desenvolvido de qualquer grande economia e a moeda de reserva global, os Estados Unidos eram agora o controlador da própria turbulência que seu modelo de acumulação estava desencadeando. Mas o objeto principal da preocupação norte-americana era naturalmente a Rússia, onde o colapso do comunismo não garantiu uma passagem suave para o capitalismo, essencial para a consolidação da vitória na Guerra Fria.

De acordo com Kissinger (2013) Bush⁶ (1989 – 1993), que administrou a hegemonia americana com moderação e sabedoria, e contando com ampla experiência em todos os níveis de governo, ele lidou de modo muito hábil com uma impressionante sucessão de crises que puseram à prova tanto a implementação os valores dos Estados Unidos como o alcance de seu imenso poder. Poucos meses depois de sua posse, a crise resultante das manifestações na China, desafiou os valores americanos básicos, mas também ressaltou a importância para o equilíbrio global da preservação do relacionamento entre Estados Unidos e China. Tendo sido chefe do escritório de representação diplomática em Pequim, Bush agiu de modo a manter os princípios americanos sem ao mesmo tempo eliminar a possibilidade de, em última instância, retomar a cooperação. Ele administrou a unificação da Alemanha — até então considerada como uma provável causa de uma guerra — por meio de uma diplomacia habilidosa, facilitada por sua decisão de não se aproveitar do constrangimento soviético diante do desmoronamento de seu império. Nesse espírito, quando o Muro de Berlim caiu, em 1989, Bush rejeitou todas as propostas para que voasse até Berlim a fim de celebrar essa demonstração do colapso da diplomacia soviética.

O autor ainda afirma que o modo hábil como Bush levou a Guerra Fria à sua conclusão e turvou a lembrança de todas as disputas internas ao longo das quais o esforço americano tinha sido sustentado e que iriam caracterizar os desafios da etapa seguinte. À medida que a Guerra Fria se distanciava, o consenso americano afirmava que o principal

⁵ O Consenso de Washington foi uma recomendação internacional elaborada em 1989, que visava a propalar a conduta econômica neoliberal com a intenção de combater as crises e misérias dos países subdesenvolvidos, sobretudo os da América Latina. Sua elaboração ficou a cargo do economista dos Estados Unidos John Williamson.

⁶ George Herbert Walker Bush é um político estadunidense, tendo sido o 41º Presidente dos Estados Unidos, de 1989 a 1993.

trabalho de conversão tinha sido realizado.

Uma ordem mundial pacífica iria agora se desenvolver, contanto que as democracias tivessem o cuidado de oferecer assistência à onda final de transformações democráticas nos países ainda sob regimes autoritários. A derradeira visão wilsoniana iria ser concretizada. Instituições livres, políticas e econômicas, se espalhariam terminando por fazer submergir antagonismos superados em meio a uma harmonia mais ampla (KISSINGER, 2013).

No governo de Clinton⁷, segundo Pecequilo (2013) suas ações foram restritas no cenário internacional, para que tivesse um foco mais interno. Mas em 1993 a hegemonia estadunidense precisou se impor, pois sofria seu primeiro atentado terrorista ao World Trade Center, atribuído ao Al-Qaeda⁸. E ainda sofreram com ataques em algumas embaixadas estadunidenses. Então, ao final de seu governo Clinton deu apoio ao Richard Clark, que comandava uma força tarefa para estudos do risco de ataques terroristas nos EUA. A estratégia de Clinton nesse período foi o engajamento e expansão (E&E), tinha por objetivo a recuperação do terceiro pilar de contenção, a disseminação da democracia e do livre mercado e as potências regionais em fortalecimento e transição.

Segundo Lake (1993) basicamente, a estratégia de E&E pode ser resumida em quatro pontos (apud PECEQUILO, 2013):

- Fortalecer o núcleo principal das democracias de mercado, inclusive a norte-americanas, favorecendo a disseminação dos valores e princípios democráticos para todo o sistema a partir desta comunidade.
- Incentivar, quando possível, a implementação e a consolidação de novas democracias e livres mercados em Estados significativos e importantes.
- Impedir a agressão de Estados hostis à democracia e incentivar a sua liberalização por meios políticos específicos
- Perseguir uma agenda humanitária para melhorar das condições de vida em regiões prejudicadas. Posteriormente, criar condições para que eventualmente essas comunidades possam integrar-se ao sistema pacífico e democraticamente.
- Já no governo de Bush segundo conforme Anderson (2012) a prioridade inicial de seu secretário de Defesa foi uma instituição militar permanente menor, ao invés

⁷ William Jefferson Bill Clinton é um político estadunidense, tendo sido o 42º presidente dos Estados Unidos dois mandatos, entre 1993 e 2001.

⁸ Al-Qaeda é uma organização fundamentalista islâmica internacional, constituída por células colaborativas e independentes que visam disputar o poder geopolítico no oriente médio.

de maior. O raio no céu azul de setembro de 2001 transformou essas disposições em seu oposto, com o governo republicano se tornando sinônimo de uma autoafirmação agressiva e com força armada para impor a vontade dos EUA.

A desforra deixaria o mundo sem dúvidas acerca da extensão do poder norte-americano. O inimigo era o terrorismo, e a guerra contra o terror seria travada até que ele fosse erradicado, em todos os lugares. Essa foi uma reação nacional, da qual praticamente ninguém divergia dentro do país, e poucas pessoas, inicialmente, fora dele. Comentários apocalípticos abundavam na nova época mortal em que a humanidade entrava. A realidade, é claro, era que os atentados de 11 de setembro eram um irrepetível acaso histórico, capaz de pegar o Estado norte-americano de surpresa apenas porque seus agentes eram um ponto tão mínimo na tela do radar dos seus interesses estratégicos (ANDERSON, 2012).

Pecequilo (2013) aponta que a Doutrina Bush foi a introdução do conceito de prevenção como referencial de ação, em perda da contenção. Que houve uma reafirmação unilateralismo dos EUA perante aos demais, e que isso indicou que voltavam para a tradição de alianças não permanentes, e que agiriam de forma decisiva contra seus inimigos, caso não o apoiassem, ou seja, o objetivo era combater os inimigos militarmente, mudar os regimes para proteger a hegemonia e impedir ataques similares como o de setembro de 2001. A Doutrina Bush, ficou conhecida como a Doutrina Preventiva, a autora traz:

Não podemos defender a América e nossos inimigos esperando o melhor. Devemos estar preparados para derrotar os planos de nossos inimigos [...] A história julgará duramente aqueles que viram o perigo chegando e falharam em agir. No novo mundo em que entramos, o único caminho para a paz e a segurança é o caminho da ação [...] Devemos estar preparados para deter Estados bandidos e seus clientes terroristas antes que se tornem aptos a nos ameaçar ou usar armas de destruição em massa contra os EUA e seus aliados e amigos (NSS-2010, p.14 apud PECEQUILO, 2013).

No governo de Obama, a doutrina era de forma diferente de acordo com Anderson (2012) pois os principais ajustes práticos na política dos EUA sob Obama foram projetados para evitar essa dificuldade. O termo oficial para tais ajustes no governo é reequilíbrio, embora reposicionamento da marca também caísse bem. O que esse lema significa, na verdade, são três mudanças. Para reduzir as baixas norte-americanas a um mínimo absoluto – a princípio, e em alguns casos na prática, a zero –, tem havido uma cada vez maior dependência das tecnologias de longa distância da RMA para destruir o inimigo de longe, sem arriscar -se a nenhum contato em um campo de batalha. No qual o combate

terrestre é inevitável, substitutos equipados com fundos e armas clandestinos são preferíveis aos soldados norte-americanos; onde as tropas norte-americanas têm de ser empregadas, os destacamentos a serem usados são as unidades secretas do Comando de Operações Especiais Conjuntas, encarregado das guerras sigilosas (ANDERSON, 2012).

Umas das grandes preocupações de Obama foi no sentido de sinalizar à comunidade internacional seu compromisso com o multilateralismo, as novas potências emergentes, os parceiros tradicionais e a renovação da projeção do país em continentes com a África.

Novas ações eram necessárias, devido às mudanças no equilíbrio de poder mundial:

Continuaremos a aprofundar nossa cooperação com outros centros de influência do século XXI [...] com base em interesses comuns e respeito mútuo. Também investiremos na diplomacia e no desenvolvimento que permite a emergência de novos e bem-sucedidos parceiros das Américas à África, do Oriente Médio ao Leste Asiático. Nossa habilidade para avançar a cooperação construtiva é essencial para a segurança e prosperidade de regiões específicas e para facilitar a cooperação global em questões que variam de extremismo violento à proliferação nuclear, da mudança climática à instabilidade econômica [...] – questões que desafiam todas as nações, mas que nenhuma nação pode enfrentar sozinha (NSS-2010, P. 19 apud PECEQUILO, 2013).

Diante dessa conjuntura, ao mesmo tempo conflituosa e cooperativa, as normas internacionais refletem sua fragilidade ou mesmo incapacidade de acompanhar o poder hegemônico dos países centrais, causando instabilidades, assimetrias e dispersões das mais diversas.

Portanto as mudanças após o fim da Guerra Fria só ressaltaram a importância das instituições e dos acordos de segurança regional sobre a qual se assenta a atual estrutura do sistema global de segurança coletiva. Nesse sentido, a segurança coletiva pode ser entendida como um arranjo institucional entre Estados para, mediante a cooperação, medidas de aumento da confiança e a constituição de um dispositivo de defesa, permita fazer frente a ameaças e ao mesmo tempo garantir a estabilidade interna e externa dos países e das regiões (FUCCILE; REZENDE, 2013).

2.5 AS RELAÇÕES CONTEMPORANEAS ENTRE ESTADOS UNIDOS E COLÔMBIA

O fim Guerra Fria e a desintegração da URSS, fez com que a política externa estadunidense substituísse o comunismo pelo narcotráfico como a grande ameaça proveniente da América Latina à segurança nacional dos EUA.

Portanto para que possamos compreender as ações dos Estados Unidos no Plano Colômbia, e nos acontecimentos atuais que se trata da participação da Colômbia na OTAN, iremos debater historicamente o Plano Colômbia, o porquê de sua criação e porquê dos Estados Unidos tiveram e tem ações políticas, econômicas e militares dentro da Colômbia.

De acordo com Takushi (2012) a Colômbia, há mais de quarenta anos convive com o agravamento do conflito armado entre o governo, as guerrilhas e grupos paramilitares, potencializado pela presença do narcotráfico em todos os níveis da sociedade, pelo controle das cidades e das áreas rurais. O perigo de transbordamento do conflito interno e do tráfico de drogas para os países vizinhos transformou a Colômbia em um dos principais centros de preocupação da agenda de segurança regional da América do Sul, a partir da década de 1980.

A Colômbia, durante sua fundação, não conseguiu formular um conjunto de ideais nacionais e unificadores, que prevalecesse sobre as identidades regionais e partidárias e possibilitasse a constituição de uma nação integrada. A geografia montanhosa favoreceu o reforço do regionalismo do país, e, além disso a descentralização e a falta de controle do Estado colombiano facilitaram a propagação de uma tradição de clandestinidade e violência, enquanto dificultavam a participação política e a construção de meios institucionais para a resolução de conflitos. De modo geral, a fraca autoridade do Estado em todo o país permite que contendas territoriais locais fossem acompanhadas pelo uso da violência, agravando o contexto de instabilidade política e social (SANTOS, 2011).

Takushi (2012) ainda fala que é importante analisar a relação entre os dois principais partidos políticos da Colômbia, o Liberal e o Conservador, que apresenta tanto períodos de confronto como de cooperação.

Os dois partidos foram atores principais de diversas guerras civis na Colômbia no decorrer do todo o século XIX. Os confrontos geralmente eram combates clássicos de liberais contra conservadores, travadas por seguidores camponeses de cada partido. No entanto, algumas foram mais sangrentas, como a Guerra dos Mil Dias, que aconteceu de 1899 a 1902, deixando mais de cem mil mortos (COCKCROFT, 2001, apud TAKUSHI, 2012).

Essa guerra começou a partir de uma reação do partido liberal, em 1898, que temia a possibilidade de que os conservadores - no governo desde 1884 - realizassem alguma manobra para permanecer no poder por tempo indeterminado.

No ano seguinte ao fim da Guerra dos Mil Dias, com vitória dos conservadores, outro fato abalou a Colômbia: o Panamá declarou sua independência, depois que o governo colombiano se recusou a aceitar a oferta dos Estados Unidos para a construção de um canal. Apesar das tensões causadas pela perda do Panamá, o período que se seguiu à Guerra dos Mil Dias, até a metade da década de 1940, foi marcado por relativa paz, uma vez que os partidos, Liberal e Conservador, entraram em acordo a fim de diminuir os impactos da guerra e da Revolução Panamenha. Contudo, até o início dos anos 1930, foram os conservadores que permaneceram no comando desta “aliança” (COCKCROFT, 2001, apud TAKUSHI, 2012).

Mas de acordo com Santos (2011) durante esse momento, ocorreu um processo de crescimento econômico marcado por investimentos dos Estados Unidos nos setores de petróleo e mineração e pelo crescimento das exportações de café. Porém, nada disso foi capaz de evitar que o país mergulhasse novamente num quadro de grande violência, entre os anos de 1946 e 1958, que ficaram conhecidos como Violência Famosa. Esse período da história de violência na Colômbia foi encerrado em 1958, com as negociações entre o Partido liberal e o Partido Conservador, resultando na formação da Frente Nacional, que estabeleceu a alternância de liberais e conservadores no Poder Executivo e a divisão das cadeiras no Legislativo.

O alinhamento incondicional à órbita norte-americana no contexto da Guerra Fria também contribuiu para esse processo, pois as Forças Armadas colombianas foram enquadradas na Doutrina de Segurança Nacional dos EUA, passando a perseguir os segmentos sociais de esquerda identificados como comunistas. Foi nesse ambiente que começaram a surgir os primeiros movimentos guerrilheiros de esquerda no país, como as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia* (FARC) e o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN). Em 1968, uma lei autorizou a constituição de milícias civis para combaterem guerrilheiros. Com o apoio de latifundiários e narcotraficantes, surgiram vários grupos paramilitares de direita. Em 1996, já com a lei revogada, quase todos esses grupos foram unificados nas *Autodefensas Unidas de Colômbia* (AUC), (SANTOS, 2011).

Na segunda metade do século XX, depois de ter passado pelos conflitos da Guerra dos Mil Dias (1899-1902) e da Violência Famosa (1948-1965), a Colômbia passou a vivenciar outro conflito interno armado. A partir dos anos 1960, no auge da Guerra Fria e da Doutrina de Segurança Nacional dos EUA, o país viu surgir grupos guerrilheiros de esquerda, seguidos do aparecimento de organizações paramilitares de direita, que passaram a estabelecer combates entre si e com o Estado. Desde então, o conflito armado colombiano tem percorrido várias fases, e sido potencializado pela persistência do quadro descrito acima e pelo desenvolvimento de outros fenômenos, tais como as economias ilícitas do narcotráfico, do tráfico de armas e do contrabando. Pode-se dizer que esse quadro e seus desdobramentos têm como consequência fundamental o aumento da interdependência entre os planos interno e externo da realidade colombiana (SANTOS, 2010).

Plano Colômbia é um acordo bilateral assinado em 1999 com os Estados Unidos, durante os governos de Andrés Pastrana Arango (1998-2002) e Bill Clinton (1993-2001), e ratificado nos governos de Álvaro Uribe Vélez e Juan Manuel Santos. O acordo era uma estratégia na luta contra o narcotráfico que incluía recursos destinados a uma reabilitação econômica e social nas áreas de cultivos ilícitos (GRISALES, 2013).

Assim sendo, devido ao Plano, a Colômbia foi incluída em um grupo especial de países, aos quais os Estados Unidos forneciam armamentos, treinamento de forças de elite e assessoramento em inteligência militar

Em janeiro de 2000, Clinton apresentou sua Proposta de Ajuda dos Estados Unidos para o Plano Colômbia, subdividida em cinco rubricas: pressão para o sul, centrado nas áreas de Putumayo (petroleira) e Caquetá (com forte presença guerrilheira), com o fornecimento de helicópteros, artilharia, treinamento e assistência nas áreas de inteligência; reforço da interdição na zona andina, apoiando a instalação de radares e bases aéreas e o funcionamento da aviação mediante a melhoria dos aeroportos (incluindo os de Equador, Aruba e Curaçao); apoio aos corpos policiais colombianos; desenvolvimento alternativo para promover a substituição de cultivos; e melhor governabilidade, financiando a capacitação de representantes para os diálogos de paz (CECEÑA; AGUIAR, 2015, apud TAKUSHI, 2012). PAGINA

Santos (2010) expõe alguns fatores que levam a uma breve explicação para a criação do Plano, que foram:

1º - As imensas dificuldades do debilitado Estado colombiano para deter o crescente poder do narcotráfico no país, inicialmente o dos cartéis de Cali e Medellín, e

depois o dos inúmeros “micro-cartéis” regionais;

2º - Os tremendos recursos econômicos gerados pelo narcotráfico, que, além de contribuírem para exacerbar os históricos índices de violência e de corrupção, também incrementaram o poderio dos paramilitares de direita e das guerrilhas de esquerda, fazendo que o conflito interno armado assumisse dimensões trágicas e gigantescas em números de mortos, feridos, desaparecidos, sequestros, massacres e refugiados;

3º - As intensas pressões, ameaças e sanções dos EUA, que atingiram o ponto máximo no governo colombiano de Ernesto Samper (1994-1998), no qual os norte-americanos tiraram a Certificação e qualificaram o país como uma “narcodemocracia”, o que contribuiu para, entre outras consequências, debilitar ainda mais o Estado colombiano, a perda de credibilidade do país no exterior e a deterioração da situação econômica;

4º - A percepção de determinados grupos sociais, econômicos e políticos colombianos de que a internacionalização da política antidrogas, nos marcos dos EUA, poderia ser vantajosa para a realização dos seus objetivos internos;

5º - A percepção de vários setores da sociedade de que o debilitado Estado colombiano não possuía capacidade para derrotar os grupos armados ilegais, necessitando de ajuda externa para enfrentar o conflito armado interno.

De acordo com Valencia (2005) a ideia central do plano era a de um auxílio ao desenvolvimento do Estado colombiano, com combate ao narcotráfico e restabelecimento da ordem social no país. Trazia ainda a proposta de negociação com as guerrilhas. O projeto assim se mostrava: para o Congresso estadunidense era uma investidura militar de combate direto ao narcotráfico; quando apresentado ao parlamento europeu, era uma política de direitos humanos e inversão social.

E abril de 2001, o presidente George W. Bush lançou um plano mais ambicioso de assistência a toda a região andina. Outro meio de intervenção dos Estados Unidos na questão do narcoterrorismo na América do Sul foi a Iniciativa Andina Antidroga (Andean Counterdrug Initiative), que previu o fornecimento de recursos destinados à luta antinarcóticos na Colômbia, no Peru, na Bolívia, no Equador e no Brasil. A estratégia traçada por Bush possuía três elementos centrais: prevenção ao uso de drogas, intervenção e recuperação dos usuários e a desarticulação do mercado de substâncias ilícitas. O primeiro ponto reconhece que o consumo de drogas faz parte do problema, ou seja, o próprio mercado dos Estados Unidos faz

parte do problema, o que representa uma mudança no ponto de vista norte americano, se comparado com a Iniciativa Andina (SILVA, 2015).

O principal opositor à proximidade dos Estados Unidos foi a Venezuela, cujo presidente, Hugo Chávez, divulgou fortes críticas às estratégias do Plano, criando diversos pontos de atrito nas relações com a Colômbia; o governo peruano, de Alberto Fujimori, também fez críticas, principalmente no que diz respeito às conversações com as FARC, porém, após a mudança presidencial, o Plano Colômbia foi mais bem aceito; no Brasil, o Itamarati apoiou de modo moderado as estratégias do Plano Colômbia, contudo, o país desenvolveu seu próprio Plano, chamado Cobra, na tentativa de conter o transbordamento do conflito colombiano para dentro de seu território, por meio da vigilância aérea e fluvial das regiões de fronteira; o Equador, com quem a Colômbia tradicionalmente possuía relações amistosas, se dispôs a receber os recursos do Plano Colômbia e ainda concedeu que os Estados Unidos utilizassem a Base aérea de Manta para operações antidrogas. (CARVAJAL; PARDO, 2002; SANTOS, 2011 apud TAKUSHI, 2012).

Os ataques de setembro de 2001 e a eleição de Álvaro Uribe (2002-2010) provocaram ainda mais mudanças no Plano Colômbia, ao mesmo tempo em que as relações com os Estados Unidos se aprofundavam: o narcotráfico deixou de ser o único “inimigo” a ser combatido pelo Plano, visto que as guerrilhas foram classificadas como terroristas e incluídas na guerra ao terror empreendida pelo governo Bush. Assim sendo, ao passo que a presença norte-americana se ampliava pelo território colombiano, o governo Uribe, com a implementação da Política de Segurança Democrática, intensificava o combate aos grupos armados insurgentes (MOREIRA, QUINTEROS & SILVA, 2010 apud TAKUSHI, 2012).

O Plano Colômbia marcou uma mudança na estratégia da Colômbia e dos Estados Unidos em relação ao combate ao narcotráfico. A partir da elaboração do Plano o governo norte-americano passou a ter como objetivo eliminar, e não mais apenas conter o tráfico de drogas; com isso, o engajamento dos Estados Unidos no conflito colombiano tornou-se ainda mais intenso, assim como sua presença na região andina (VALENCIA, 2005).

Segundo Rippel (2004) as relações da Colômbia com os Estados Unidos nesse período seguiram princípios da política antiterrorista norte-americana, influenciando também as relações com os países vizinhos. Os dois países viam na cooperação internacional o principal trunfo no combate ao terrorismo: visto que a ameaça não possui fronteiras delimitadas, a estratégia antiterrorista deveria possuir um caráter transnacional,

contando com a participação de todos os países da região. Colômbia e Estados Unidos concordam que o terrorismo se relaciona diretamente com outras ameaças à segurança, como o tráfico de drogas, armas, explosivos, munições e de pessoas. Assim sendo, enfrentando essas ameaças, o terrorismo também estaria de algum modo sendo combatido.

Enfim, o alinhamento da política externa colombiana à política antiterrorista norte-americana foi evidente, no entanto, ao passo que recebia apoio financeiro e militar da grande potência, a Colômbia também sofreu crescentes pressões em relação às questões de Direitos Humanos. Segundo Takushi (2012) os Estados Unidos acompanhavam de perto os avanços e retrocessos do governo colombiano na questão dos Direitos Humanos, e, mais do que isso, condicionavam o envio de ajuda ao desempenho do país na proteção humanitária.

Em síntese, as relações com os Estados Unidos foram uma característica da política externa colombiana por quase todo o século XX, exceto por um breve período entre a década de 1980 e 1990. Quando as relações são retomadas pelo governo Pastrana, no entanto, a ingerência norte-americana na região andina potencializou-se e girou, majoritariamente, em torno do combate ao narcotráfico (advindo principalmente da Colômbia). Apesar da desconfiança de muitos países andinos, os Estados Unidos usaram das amistosas relações com a Colômbia para empreender projetos como o Plano Colômbia e a Iniciativa Regional Andina e amplificar sua presença na América do Sul (TAKUSHI, 2012).

Em seu momento mais acentuado de crise, a reviravolta da política externa, ao “subordinar-se” novamente a Washington e elaborar o Plano Colômbia, possibilitou a retomada da ajuda financeira internacional e a implementação de uma nova estratégia de ação dentro do conflito. A proximidade da política externa colombiana com os Estados Unidos com certeza trouxe grandes oportunidades para o combate ao narcotráfico no país e para o fortalecimento das instituições estatais colombianas. Com os recursos advindos do Plano Colômbia, os governos de Pastrana e Uribe puderam reequipar as forças armadas e enfrentar os grupos insurgentes, que haviam alcançado expansão e poder de fogo surpreendentes nos anos 1990. Contudo, como já foi mencionado, a militarização do combate ao narcotráfico pelo Plano Colômbia e pela Política de Segurança Democrática de Uribe, com a forte influência dos Estados Unidos, acabou por gerar incertezas e desconfianças entre os países andinos, principalmente quanto às questões que diziam respeito às regiões fronteiriças. (SANTOS, 2011).

Os transtornos causados pelo vazamento do conflito armado colombiano em direção aos seus vizinhos também resultaram no agravamento de tensões político-diplomáticas na região, todavia, as questões das fronteiras demonstraram relativo progresso nos últimos anos. Os resultados positivos - que o Plano Colômbia e a Política de Segurança Democrática colheram em relação aos índices de segurança pública e estabilidade institucional - auxiliaram a criar uma atmosfera de confiança dentro do país, que se refletiu nos índices de aprovação presidencial, e no Sistema Internacional. Com o controle estatal muito mais fortalecido e com o crescimento dos índices econômicos, a Colômbia conseguiu recuperar a confiança dos investidores estrangeiros, que, desde 2002, quintuplicaram o nível de Investimento Estrangeiro Direto na economia colombiana - de 2 para 10 bilhões de dólares (RIPPEL, 2004).

Desse modo, em um cenário menos atribulado, a Colômbia teve condições de buscar entendimentos com seus países vizinhos. Com a Venezuela, os diálogos ficaram mais fáceis, superando a troca de ataque entre os governos. Houve uma maior abertura, dos dois países, para iniciativas de cooperação regional, inclusive em relação às zonas fronteiriças, que passaram a ser monitoradas pelo governo dos dois países. No entanto, ainda assim ocorreram desentendimentos entre os governos por causa de ataques das FARC em território venezuelano (SANTOS, 2011).

Já com o Equador, as relações enfrentaram situações bastante complexas e de difícil entendimento, geralmente relacionadas com questões de fronteiras. Porém, tanto com o Equador, como com a Venezuela, houve avanços em direção à integração econômica e cultural. Por outro lado, o Brasil, conquanto estivesse inicialmente bastante receoso quanto às medidas do Plano Colômbia, forneceu apoio importante à Colômbia no combate aos grupos guerrilheiros e narcotraficantes. O Brasil propôs a criação de um Conselho Sul-Americano de Segurança, contudo o governo colombiano foi bastante reticente, visto que seria importante que todos os países participantes tivessem uma atitude clara em relação ao terrorismo (CEPIK; BORBA, 2010).

Esse Conselho constituir-se-ia para fortalecer os laços de confiança entre os dois países. Antes da criação do Conselho de Segurança e Defesa, o Brasil realizou ações conjuntas com a Colômbia e com o Peru com o intuito de conter as rotas do narcotráfico que se direcionam para o país, respaldadas no Plano Cobra. (SANTOS, 2011).

Apesar das tentativas de acordo do governo colombiano com seus vizinhos, as estreitas relações com os Estados Unidos permaneceram sendo a característica mais marcante da política externa da Colômbia durante os dois mandatos de Álvaro Uribe.

De modo geral, pode-se afirmar, mais uma vez, que as mudanças nas relações externas da Colômbia deveram-se aos avanços e retrocessos do contexto interno. Com maior controle sobre seu território, graças à reestruturação das forças públicas, e a evolução positiva nos índices de segurança pública, devido à eficiência na contenção dos atores ilegais do conflito colombiano, o país conseguiu recuperar a importância no cenário regional e global. Entretanto, o transbordamento do narcotráfico e dos grupos armados para os países vizinhos ainda consistem em uma grande preocupação diplomática (TAKUSHI, 2012).

3 A COBERTURA DA IMPRENSA SOBRE A ENTRADA DA COLÔMBIA NA OTAN

Neste capítulo iremos identificar na imprensa através de jornais da Colômbia, Venezuela, Bolívia, Equador e Estados Unidos qual a cobertura e abordagem que se deu para a entrada da Colômbia na OTAN em maio de 2018. O período analisado foi de 18 de maio de 2018 a 02 de junho de 2018.

Nos dias atuais a imprensa é um meio não acadêmico de tratar relações internacionais com a sociedade, querendo ou não, ela possui grandes responsabilidades. Pois a sociedade segue a narrativa que são impostas por ela, principalmente as através dos jornais. Por este motivo foram selecionados jornais de maior importância dentro dos respectivos países e por serem abertos ao público.

Os jornais são: El Espectador (Colômbia), El Razon (Bolívia), El Universal (Venezuela), El Comercio (Equador) e The New York Times (Estados Unidos). Para que faça uma breve análise da cobertura que foi feita pelos jornais é necessário que se faça os seguintes questionamentos a eles: Que tipo de abordagem foi feita? Qual o destaque e importância que os jornais deram a esse fato? Eles apresentam um cenário Sul Americano? Apresentam relação Colômbia e EUA? Fazem citações diretas da Venezuela? Apresentam cenário positivo ou de dúvida?

3.1 O PODER DA IMPRESA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

Thompson (2008), diz que em todas as sociedades os seres humanos se ocupam da produção e do intercâmbio de informações e de conteúdo simbólico. Desde as mais antigas formas de comunicação gestual e de uso da linguagem até os mais recentes desenvolvimentos na tecnologia computacional, a produção, o armazenamento e a circulação de informação e conteúdo simbólico têm sido aspectos centrais da vida social.

Mas com o desenvolvimento de uma variedade de instituições de comunicação a partir do século XV até os nossos dias, os processos de produção, armazenamento e circulação têm passado por significativas transformações.

Por outro lado, é também importante enfatizar que a comunicação mediada é sempre um fenômeno social contextualizado: é sempre implantada em contextos sociais que se estruturam de diversas maneiras e que, por sua vez, produzem impacto na comunicação que

ocorre. Mais uma vez, é fácil perder de vista este aspecto. Uma vez que a comunicação é geralmente “fixada” num substrato material de algum tipo - palavras inscritas em papel, por exemplo, ou imagens gravadas em películas - é fácil localizar o conteúdo simbólico das mensagens da mídia e ignorar a complexa mobilização das condições sociais que subjazem à produção e circulação destas mensagens. Esta é uma tendência que decididamente procurarei evitar. Sem negligenciar o conteúdo simbólico das mensagens da mídia, desenvolverei uma abordagem que privilegia a comunicação como parte integral de - e que não pode ser entendida sem — contextos mais amplos da vida social (THOMPSON, 2008).

Desta maneira, o lugar da comunicação é aquele que nos possibilita olhar para a complexa rede de relações sociais, bem como para o contexto em que estas se dão, e perceber práticas, discursos, diálogos, contextos de interação como um todo múltiplo em constante movimento.

É justamente esse entendimento da comunicação como processo de elaboração de ações expressivas, de identidades subjetivas, da cultura e atualização da linguagem que pode nos ajudar a perceber a prática comunicativa como uma dinâmica que articula a situação discursiva, os interlocutores, os discursos por eles acionados e as interações simbólicas e ações mediadas pela linguagem. Sob esse aspecto, as interações comunicativas configuram-se como momentos em que diferentes interlocutores usam a linguagem (e produzem linguagem) de modo a produzirem entendimentos sobre algo no mundo objetivo, social e subjetivo. Esses entendimentos não se estabelecem unicamente pela via racional, mas também, e sobretudo, pela emoção e pela afetividade (MARTINO; MARQUES, 2015)

É na vida cotidiana que percebemos a força das interações comunicativas, como elo vinculante de sujeitos que agem reciprocamente e que devem reconhecer o outro como parceiro fundante das relações sociais. É no cotidiano que a comunicação mediada pela linguagem se fortalece, se redimensiona e redimensiona os sujeitos e o meio no qual se inserem.

Para Oliveria (2010), a análise da mídia junto ao cenário internacional realizada até o momento permite a identificação de apenas uma de suas faces, tendo em vista que aponta para teorias, classificações e afirmações baseadas em expressões tecnológicas clássicas, ou seja, representam a chamada mídia tradicional: rádio, TV, jornal. Ocorre que a mídia passa por um profundo processo de transformação. Isso, todavia, não significa dizer que os meios de comunicação tradicionais estejam inutilizáveis, ou totalmente obsoletos.

A constatação desse processo de mudança, porém, faz com que seja necessário investigar o impacto do fenômeno da emergência de novas mídias⁷³⁶ e sua combinação com

as mídias clássicas e, especialmente, como esse processo influi na sua identificação enquanto ator das Relações Internacionais. O desafio da análise proposta, como bem destaca Manuel Castells, é que “a comunicação mediada pela *Internet* é um fenômeno social recente demais para que a pesquisa acadêmica tenha tido a oportunidade de chegar a conclusões sólidas sobre seu significado social”. Portanto, é dentro desse contexto que se passa a analisar o papel da mídia, renovada pelas tecnologias emergentes, e como tais instrumentos potencializam sua interação junto aos demais atores das Relações Internacionais (OLIVEIRA, 2010).

Atualmente, há uma grande possibilidade de exercício de um poder de resistência por parte da população, especialmente daquela que possui acesso à *Internet*, pois é nessa rede que se exerce uma fantástica troca de informação sobre os mais diversos assuntos graças a novos recursos que surgem constantemente. Muitos desses recursos, conforme será visto à frente, somente ganharam expressão em função da expressiva participação dos usuários da *Internet*, que disponibilizam a informação para outras pessoas por meio de textos, vídeos, imagens, etc (OLIVEIRA, 2010).

As primeiras experiências de jornalismo *online* ocorreram por volta de 1980, nos Estados Unidos, sendo que, efetivamente, foi somente em 1989, com a criação da *World Wide Web*, que começaram a ser veiculadas as primeiras notícias junto à *Internet*, em canais de notícias especializados. Já no Brasil, essa tecnologia foi empregada pela primeira vez em maio de 1995, quando o Jornal do Brasil lançou sua edição *online*. Após essa iniciativa, todos os demais jornais brasileiros, gradualmente, passaram a migrar suas edições impressas para a *Internet* (OLIVEIRA, 2010).

A percepção de que a *Internet* exigiria a adoção de processos diferenciados foi ainda mais gradual, mostrando-se, portanto, um desafio a ser superado pelo jornalismo em sua relação com as novas tecnologias da informação. A revolução no formato de realização do jornalismo *online* começa a se alterar na medida em que se verifica cada vez mais a possibilidade de contextualização dos acontecimentos, por meio do estabelecimento de *links* (ligações) com outros sites ou páginas explicativas dentro do site próprio jornal. Percebe-se que a informação em rede se estabelece de uma maneira não linear e, dessa forma, permite ao leitor acessar a informação na ordem que lhe for conveniente (OLIVEIRA, 2010).

Nesse sentido, conforme destaca Martino e Marques (2015), a informação em fluxo presente no ciberespaço permite uma modificação contínua nos dados dispostos em rede, gerando a possibilidade de se percorrer os canais informativos de acordo com a escolha de cada indivíduo.

Além disso, essa forma de contextualização difere da forma tradicional analisada

anteriormente, onde havia uma barreira referente ao espaço que o jornal conferia a cada informação. Os critérios de ordem prática no jornalismo tradicional sempre fizeram com que o texto precisasse ser simplificado, escrito de forma direta e, por vezes, sem uma profundidade necessária a um perfeito entendimento. Com a *Internet*, novas conexões podem ser realizadas e, dessa forma, o jornalismo cria uma interação muito mais dinâmica e eficaz diante da possibilidade de inserir além do texto, imagens, sons, vídeos e, principalmente, atualizar constantemente a informação e propiciar uma interação direta com o receptor (OLIVEIRA, 2010).

3.2 COLÔMBIA: EL ESPECTADOR

De acordo com o jornal El Espectador (2018), ele é um dos mais antigos jornais da Colômbia de circulação nacional e um dos mais antigos da América do Sul. sua sede principal encontra-se em Bogotá. Foi fundado por Fidel Cano Gutiérrez em 22 de março de 1887, em Medellín. Seu nome foi inspirado no poeta Víctor Hugo pois o fundador tinha grande admiração por ele e levava seu nome num diário.

O jornal colombiano El Espectador, apresentou 7 notícias neste período, sendo:

(1) 25 de maio de 2018, estampou: Presidente Santos anuncia que a Colômbia fará parte da OTAN, que a Colômbia será o primeiro país da América Latina a fazer parte dessa aliança militar intergovernamental. E que também o presidente Santos iria em Paris, onde assinaria o acordo de entrada do país com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A notícia ainda traz que:

A organização (OTAN) constitui um sistema de defesa coletiva, no qual os estados membros concordam em defender qualquer de seus membros se forem atacados por um agente externo. Atualmente a aliança conta com 29 estados membros, dentre os quais se destacam Estados Unidos, Reino Unido, França e Alemanha. A organização constitui um sistema de defesa coletiva, no qual os estados membros concordam em defender qualquer de seus membros se forem atacados por um agente externo. Atualmente a aliança conta com 29 estados membros, dentre os quais se destacam Estados Unidos, Reino Unido, França e Alemanha (EL ESPECTADOR, 2018).

Ou seja, podemos ver aqui que os debates ocorridos após o fim da Primeira Guerra Mundial, ainda são discutidos, e é nesses conceitos que as organizações se fazem.

(2) 26 de maio de 2018 estampou 2 notícias, a primeira trata-se de um

questionamento: Qual é a diferença entre ser um membro e um “parceiro global” da OTAN? As declarações feitas no jornal, deixam claro que desde a sua criação da OTAN, ela tem apenas membros europeus, com exceção dos Estados Unidos e do Canadá, porém possuem inúmeros parceiros ao mundo.

Que essa parceria trará mais cooperação em “áreas de interesse mútuo, incluindo desafios de segurança emergentes”. Mais especificamente, a colaboração é mencionada em questões relacionadas com a segurança eletrônica e marítima e a luta contra o terrorismo e o crime organizado. Enfatiza-se também a proteção de civis e crianças e a promoção da participação de mulheres na construção da paz e segurança (EL ESPECTADOR, 2018).

(3) A notícia seguinte o mesmo dia, estampou que: Governo venezuelano diz que a entrada da Colômbia na OTAN é uma “ameaça à paz”, segundo o jornal El Espectador (2018), isto foi relatado pelo regime de Nicolás Maduro através de um comunicado emitido pelo Ministério das Relações Exteriores daquele país, qual também fala que a intenção da Colômbia é “intimidar” outros países da região.

A Venezuela denuncia (...) para que a comunidade internacional tem a intenção de emprestar as autoridades colombianas a introduzir na América Latina e a aliança militar externa Caribbean com capacidade nuclear, o que constitui claramente uma séria ameaça à paz e à estabilidade regional “. (EL ESPECTADOR, 2018).

(4) 28 de maio de 2018 o jornal estampou: A entrada da Colômbia na OTAN não tem fins de guerra, novamente o governo colombiano defende a entrada do país na organização, em face das críticas da Venezuela. E segundo jornal Santos declara que: Nós não podemos ser membros de pleno direito da NATO, mas vamos ter um estatuto muito privilegiado de cooperação que é de grande interesse para as nossas forças armadas.

(5) 30 de maio de 2018 o jornal estampou: O que a Colômbia ganha ao se tornar um parceiro da OTAN? As declarações trazidas pelos jornais mostram que o governo novamente declara que a cooperação com a OTAN é de anos, mas que a Colômbia só agora reconhecida como parceiro global. E uma declaração que nos chama atenção é a do Mauricio Jaramillo, professor da Universidad del Rosario que diz segundo o jornal que: estar em um bairro cheio de governos de esquerda fez o governo de Álvaro Uribe de procurar maneiras de prevenir a agressão: “A lógica era que o país estava cercado por inimigos e era necessário

procurar alianças militares extra-regionais ". Estas iniciativas, lembra Jaramillo, também tinha a ver com a força do governo de Hugo Chávez na Venezuela e na compra de vários aviões de combate russos e 100.000 fuzis AK47 do país vizinho. Ou seja, apesar do reconhecimento de que a parceria com a OTAN representa para as Forças Armadas da Colômbia, foi destacada a fraqueza do governo tem para evitar tensões com os países vizinhos.

(6) No mesmo dia é estampou: Oito perguntas sobre a entrada da Colômbia na OTAN. As perguntas são: O que é a OTAN? Quando é que a OTAN nasce? Quem são seus membros? Qual é o objetivo? A Colômbia será um novo membro da OTAN? Desde quando a Colômbia está interessada em fazer parte da OTAN? O que significa ser um "parceiro global"? Quais são os outros 'parceiros globais'? Todas as perguntas foram respondidas de forma breve, com nenhuma nova informação do que já havia sido anunciado nas outras notícias.

(7) 31 de maio de 2018 estampou que Colômbia não realizará operações táticas com a OTAN. Segundo as declarações do jornal, o ministro da Defesa da Colômbia reforçou novamente que o país participará como parceiro global, não como membro pleno, que papel será não ser para conduzir operações táticas, mas que em vez disso, a participação como um parceiro global está em poder acessar alguns problemas. Como operações humanitárias, de resgate, de gestão de crises, de cooperação de segurança para emergências civis, combate ao terrorismo, segurança cibernética, o crime organizado e de planejamento e que também acrescentou que pertencem a esta organização garante a melhoria as Forças Armadas.

3.3 VENEZUELA: EL UNIVERSAL

De acordo com o jornal El Universal (2018), ele é um importante jornal venezuelano, com sede em Caracas e circulação média diária de cerca de 150.000. A versão online traz notícias, política, esportes, economia e muito mais. O El Universal faz parte da Associação Latino-Americana de Jornais (espanhol, Periódicos Asociados Latino-americanos), uma organização dos principais jornais da América Latina. Seu principal rival é o El Nacional. Posição política e opinião editorial. O jornal foi anteriormente considerado um jornal pró-oposição, mantendo uma postura editorial que era conservadora, orientada para os negócios e crítica das políticas do ex-presidente Hugo Chávez.

O jornal venezuelano El Universal, apresentou 4 as notícias neste período, sendo:

(1) 26 de maio de 2018 estampou que Santos anunciou que a Colômbia vai se juntar à OTAN como um "parceiro global". Num primeiro momento o também o anuncio da

parceria, e faz um ressaltado sobre a Colômbia também fazer parte da OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que esse processo de adesão levou cerca de 7 anos. E traz uma declaração do presidente da Colômbia, que segundo o jornal El Universal diz que: Santos disse que fazer parte desta organização vai ajudar a Colômbia a ter mais progressos, em reduzir a pobreza, a obter mais investimento, e para garantir um desenvolvimento mais justo, mais inclusivo, mais sustentável.

(2) 27 de maio de 2018 estampou que a Venezuela rejeita entrada da Colômbia na Otan. A notícia traz declarações do presidente da Venezuela, ele diz que reprova parceria formada em a OTAN e Colômbia. Declara também que o presidente Nicolas Maduro observou que esta parceria constitui uma grave ameaça à paz e à estabilidade regional, da defesa da interesses inconfessáveis fora o bem-estar de nossos povos soberanos. Declaração do presidente da Venezuela:

O mundo está testemunhando a posição histórica da América Latina e do Caribe para tomar distância adequada de políticas e ações belicistas da OTAN e qualquer outra organização militar que procura apelar para o uso da força e sofrimento do povo para ele para impor e garantir a hegemonia de um modelo político e econômico em particular (EL UNIVERSAL, 2018).

(3) 28 de maio de 2018 estampou que: Cabelo na entrada da Colômbia para a OTAN: é "estúpido" o que Santos fez. Desta vez o jornal traz as declarações do vice-presidente da Venezuela, Diosdado Cabello. Segundo o jornal as declarações feitas foram:

"Não sei se essa decisão foi consultada a quem quer que seja o novo presidente da Colômbia, mas o que a OTAN está procurando aqui? (...) se você me perguntar, parece estúpido, absolutamente estúpido o que o Santos fez "; "Nós, do PSUV⁹, não concordamos. É escandaloso. Lá ele (Santos) com a sua consciência, mas isso garante que ele deixa a Colômbia quando ele entrega a presidência. Certamente um desses países vai recebê-lo como convidado ". Ele também indicou que a entrada da Colômbia nessa organização é uma atitude "bélica" de um país que, em sua opinião, está em crise e tem inúmeros problemas (EL UNIVERSAL, 2018).

(4) 30 de maio de 2018 estampou: Colômbia, a um passo de ser um parceiro global da OTAN. O jornal novamente reforça a parceria entre Colômbia e OTAN, e declarações do presidente Santos, já citadas antes. Porém o que nos chama foi nota que jornal

⁹ Partido Socialista Unido da Venezuela.

fez: ‘‘A organização supoe uma aliança militar de defesa coletiva, entre os países membros, no caso de ser atacada por um poder externo. Seu objetivo é promover a estabilidade e o bem-estar das nações, preservando a paz e a segurança.’’

E continuou também reforçando as declarações do presidente Maduro, que a Colômbia quer introduzir na região uma aliança militar externa com capacidade nuclear ‘‘que ameaçaria a paz e a estabilidade da América Latina e do Caribe. Que a Colômbia busca fazer ameaças regionais e querem intimidar os povos latino-americanos.

3.4 BOLIVIA: EL RAZON

Segundo o jornal La Razon (2018), ele é um jornal publicado em La Paz e distribuído pela Bolívia. Foi fundada em 1 de março de 1990. Sua sede está localizada no bairro de Auquisamaa, na zona sul da cidade de La Paz. É o jornal de maior circulao na capital boliviana e a segunda maior circulao em toda a Bolívia, depois do jornal El Deber. Desde a sua fundao, teve uma forte relevância nos círculos políticos, econômicos e sociais da Bolívia. Sua primeira edio saiu 16 do mastro em 1990 da mão de dois jornalistas bolivianos, Jorge Canelas e Mario Frias, 10 investidores privados e sob a gestão de Ren Ferreira. Em 2018, um estudo acadmico o posicionou como o jornal mais influente nas redes sociais bolivianas. O La Razon é o único meio boliviano autorizado pelo The New York Times a distribuir seu suplemento semanal traduzido para o espanhol, distribuído todos os sábados junto com o jornal La Paz. Sua atual diretora é a médica em narratológica, Claudia Benavente, indicada para o cargo em outubro de 2010.

O jornal boliviano El Razon, apresentou 3 notícias neste período, sendo:

1) 27 de maio de 2018 estampou: Colômbia vai às urnas para eleger seu novo presidente. Num primeiro momento o jornal traz questões relacionadas as eleições na Colômbia, que agora pode eleger o primeiro presidente a governar sem a ameaça da guerrilha FARC em meio século, em um duelo sem precedentes entre a direita conservadora e a esquerda radical. E ao longo de subtítulos, declara que a Colômbia planeja se juntar  aliança militar da OTAN para o desgosto de Caracas, que considera uma ameaça.

2) 30 de maio de 2018 estampou: Santos assina a adesão da Colômbia  OCDE e promete continuar trabalhando pela paz. O foco da notícia é sobre a adesão da Colômbia  OCDE, que o presidente Santos assinou dias antes de formalizar a parceria com a OTAN. O jornal traz declarações do presidente, que prometeu continuar trabalhando pela paz com essas novas adesões, ao longo da notícia volta a falar das eleições sem a interveno das FARCS.

3) 02 de junho de 2018 estampou: Bolívia questiona presença da OTAN na América do Sul e alerta sobre intervenção na Venezuela. O jornal diz que Evo Morales, presidente da Bolívia, também rejeitou a parceria da Colômbia com a OTAN, e as declarações feitas pelo presidente deram a entender que foi uma mensagem à Venezuela, para se preparar para uma intervenção. Declarações de Evo Morales:

“Eu não compartilho da OTAN na América do Sul. OTAN mim é sinônimo de guerra, é sinônimo de intervenção e principalmente OTAN significa recursos naturais, é para proteger os Estados Unidos e seus multinacionais no mundo e as autoridades na Colômbia não se engane.” ; “Que segurança para o Estado, que segurança para os povos? Será segurança para o Império e procurando isso "ele advertiu demanda seus aliados na região vice-presidente dos Estados Unidos, para" tomar medidas para isolar o regime (Nicolás) Maduro ainda mais ". Ao final da notícia o jornal reforça que o Presidente dos Estados Unidos declarou pressionar a Venezuela, quanto as questões de democracia (EL RAZON, 2018).

3.5 EQUADOR: EL COMERCIO

De acordo com o El Comercio (2018) , ele atualmente o maior da cidade e um dos mais importantes do país. Na cidade de Quito é considerado o mais importante. Foi fundado por César Jácome Mantilla e Carlos Mantilla Jácome e sua primeira edição foi publicada em 1 de janeiro de 1906, que decidiram lançar seu próprio projeto editorial, o jornal El Comercio. Seus primeiros exemplares foram impressos em uma garagem em Quito onde quatro tipógrafos trabalhavam, um proprietário de plano e a prensa de uma pequena máquina manual. Assim, imprimiram as primeiras 500 edições, das quais hoje é um dos jornais mais influentes e tradicionais do Equador.

O jornal equatoriano El Comercio, apresentou 4 notícias neste período, sendo:

(1) 25 de maio de 2018 estampou: Santos anuncia que a Colômbia vai se juntar à OTAN como "parceira global". A notícia traz o anúncio da parceria entre Colômbia e OTAN, e a adesão com a OCDE. E cita declarações do presidente Santos da Colômbia, que essa parceria e adesão irá trazer mais progressos, reduzir a pobreza, obter mais investimento, garantir um desenvolvimento mais justo, mais inclusivo, mais sustentável, irá poder agir de melhores formas.

(2) 26 de maio de 2018 estampou: Venezuela rejeita entrada da Colômbia na Otan. A notícia traz as declarações do presidente da Venezuela, onde fala que rejeita a entrada da Colômbia na OTAN, que essa parceria é uma ameaça a região latino-americana.

(3) 28 de maio de 2018 estampou: Colômbia defende adesão à OTAN após críticas à Venezuela. A notícia traz as declarações do presidente da Colômbia, defendendo a entrada da Colômbia na OTAN, e mostrando as diferenças entre ser um parceiro global e ser um membro, que essa parceria não é para fins de Guerra.

(4) 30 de maio de 2018 estampou: O que significa ser um “parceiro global” da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)? A notícia traz que a OTAN tinha por missão no princípio de sua criação contrariar a influência da União Soviética, desde a sua desintegração em 1991, porém com o passar dos anos decidiu ir além de sua região imediata e colaborar com outros parceiros. Com base nessa estratégia, os chamados “parceiros globais”, que não são membros, porém podem contribuir para operações e missões da OTAN, com o qual cooperarão com base num programa individual. E a Colômbia agora faz parte dessa parceria.

3.6 ESTADOS UNIDOS: THE NEW YORK TIMES

De acordo com o The New York Times (2018), ele é um jornal diário estadunidense, fundado e publicado continuamente em Nova York desde 18 de setembro de 1851, pela The New York Times Company. O The New York Times ganhou 117 prêmios Pulitzer, mais do que qualquer outra organização de notícias. O jornal foi fundado em 18 de setembro de 1851 por Henry Jarvis Raymond e George Jones. Raymond também auxiliou na fundação da Associated Press em 1856. Começou a ser publicado também na Internet, em 1996, e desde então seu sítio tornou-se uma referência para conteúdo on-line.

O jornal estadunidense The New York Times apresenta 3 notícias neste período, sendo:

(1) 18 de maio de 2018 estampou: As promessas de paz na Colômbia. Na notícia o jornal faz questão de trazer os resultados que o Plano Colômbia com o apoio dos Estados Unidos vem trazendo na região da Colômbia, em questões de segurança, educação, agricultura, e principalmente no que se trata nas questões do narcotráfico. E uma das declarações do presidente da Colômbia foi:

Meu país está bem melhor hoje do que há sete anos. Enquanto lutávamos pela paz, fortalecemos nossa economia. Nós reduzimos drasticamente a pobreza. A paz na Colômbia somente aumentará esses ganhos e dará início a uma nova era de cooperação com os Estados Unidos. A Colômbia está agora mais bem preparada para enfrentar os desafios do futuro, aproveitar suas oportunidades e ser um aliado e

parceiro ainda mais forte dos Estados Unidos (THE NEW YORK TIMES, 2018).

(2) 20 de maio de 2018 estampou: Eleição da Venezuela vencida por Maduro em meio à desilusão generalizada. A notícia traz o resultado das eleições da Venezuela, que presidente Nicolás Maduro ganhou um segundo mandato como presidente da Venezuela. E que após o resultado os Estados Unidos ameaçaram lançar sanções mais rigorosas. Pois reconhece que a eleição foi injusta e antidemocrática mesmo antes de acontecer. O jornal também fala que é provável que aumente a pressão sobre o governo, e que a Venezuela já foi cortada do financiamento internacional, e a indústria de petróleo administrada pelo governo, que fornece praticamente toda a moeda forte do país, está em queda livre.

(3) 21 de maio de 2018 estampou: Enquanto Trump Adiciona Sanções à Venezuela, Seus Vizinhos Rejeitam o Resultado da Eleição. A notícia do dia seguinte traz que a ameaça feita pelo governo dos Estados Unidos de lançar a Venezuela novas sanções foi feita.

As sanções estão lado a lado das sanções diretas ao setor petrolífero, que, segundo o governo Trump, prejudicariam o povo venezuelano e as empresas americanas. Eles não impedem as empresas ou cidadãos dos Estados Unidos de vender produtos petrolíferos ou importá-los da Venezuela. O Grupo Lima, uma associação de principalmente latino-americanos que tem por objetivo pressionar o governo de Maduro, divulgou um comunicado na segunda-feira afirmando que "não reconhecia a legitimidade do processo eleitoral" e que a votação não havia "cumprido". com os padrões internacionais de um processo eleitoral democrático, livre, justo e transparente". O grupo inclui o Brasil e a Colômbia - os maiores vizinhos da Venezuela -, além de Argentina, Canadá, Chile, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Guiana e Santa Lúcia (THE NEW YORK TIMES, 2018).

(4) 25 de maio de 2018 estampou: Cabos contêm reivindicações: O ex-líder colombiano é ligado a narcotraficantes. A notícia traz que Álvaro Uribe ex-presidente colombiano, foi repetidamente acusado em comunicações de ter ligações com traficantes de drogas. Que a Suprema Corte da Colômbia ordenou uma investigação sobre um caso de falsificação de testemunhas contra Uribe envolvendo o Bloque Metro, um grupo paramilitar e de tráfico de drogas sediado em Medellín. E que os telegramas americanos oferecem foram que abriu janela para as acusações que o senhor Uribe enfrentou durante sua ascensão política.

(5) 27 de maio de 2018 estampou: Na Colômbia, os candidatos de extrema-

direita e esquerda pesada vão para a presidência. A notícia traz que os dois candidatos dos partidos de extrema-direita, Iván Duque e Gustavo Petro de esquerda estavam preparando o caminho para uma eleição presidencial divisora, a primeira desde que o país assinou um acordo de paz com seus rebeldes.

4 A ABORDAGEM DA IMPRENSA AMERICANA SOBRE A ENTRADA DA COLÔMBIA NA OTAN

Diante das informações apresentadas no capítulo 3, realizaremos neste capítulo uma análise das informações dos jornais sobre o caso da entrada da Colômbia a OTAN, dando destaque aos posicionamentos dos Estados Unidos na segurança internacional. E podemos seguir as análises numa linha narrativa das publicações das matérias, seria: A) o que a parceria global representa? B) O impacto das narrativas dos jornais sobre o evento nos países da América do Sul, mais voltada para a Venezuela.

4.1 PARCEIRA GLOBAL: O QUE REPRESENTA NA REGIÃO

No dia 25 de maio o Presidente Santos anuncia que a Colômbia fará parte da OTAN. A notícia anuncia pelo jornal colombiano traz repetidamente que a entrada da Colômbia é como ‘parceiro global’, e que será oficializada no dia 31 de maio de 2018 em Bruxelas. E comunica que um dia antes o presidente irá a Paris assinar um acordo de com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE¹⁰). Tornando a Colômbia o único país da América Latina com o privilégio de fazer parte de uma das organizações mais fortes do planeta. E faz destaque de que a organização constitui um sistema de defesa coletiva, do qual os estados membros concordam em defender qualquer de seus membros que forem atacados por um agente externo.

Vale salientar que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico foi criada no dia 30 de setembro de 1961 para substituir a Organização Europeia para a Cooperação Econômica (OECE), formada em 1947 com o objetivo de administrar o Plano Marshall no processo de reconstrução dos países europeus envolvidos na Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Porém a Colômbia desde 2013 vem cooperando com ações da OTAN e da OCDE, mas só foi reconhecida com ‘parceiro global’ em 2018. E que houve rejeição da Venezuela e da Bolívia quanto a essa aproximação da Colômbia com a organização. E a OTAN em seu site oficial declarou que a formalização da Colômbia como ‘parceiro global’ trará mais cooperações em ‘áreas de interesse mútuo, incluindo desafios de segurança emergente’. E destaca que só países europeus, exceto Canadá e Estados Unidos podem ser membros da OTAN, e que outros países da América do Sul podem buscar pelo

¹⁰ A OCDE é uma organização é um fórum internacional que promove políticas públicas entre os países mais ricos do planeta, isto é, que apresentam os mais elevados Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Auxilia no desenvolvimento e expansão econômica das nações integrantes, proporcionando ações que possibilitem a estabilidade financeira e fortaleçam a economia global.

status de “parceiro global”.

O ministro da Defesa explicou que como parceiro global, não como membro pleno, a Colômbia não pode acessar alguns benefícios e garantir a melhoria das Forças Armadas. A este respeito segundo o jornal El Espectador (2018), o presidente Juan Manuel Santos disse que a entrada da Colômbia para a OTAN não tem fins militares após as críticas feitas pelo governo da Venezuela para o que ele vê como uma "ameaça à paz regional". A OTAN, que teve origem na assinatura do Tratado de Washington de 1949, é uma aliança de países europeus e norte-americanos e constitui um sistema de defesa coletiva, em que os Estados Unidos concordaram, entre outras coisas, defender qualquer de seus pares se eles forem atacados por uma facção externa.

O que faz a Venezuela se questionar. Em umas das notícias lançadas pelo jornal venezuelano El Universal (2018), a declaração do vice-presidente da Venezuela questiona: "Não sei se essa decisão foi consultada a quem quer que seja o novo presidente da Colômbia, mas o que a OTAN está procurando aqui?"

O Ministério das Relações Exteriores da Venezuela diz que para a comunidade internacional a Colômbia tem a intenção de emprestar as autoridades para introduzir na América Latina e na aliança militar externa Caribbean com capacidade nuclear, o que constitui claramente uma séria ameaça à paz e à estabilidade regional. O presidente da Venezuela de acordo com o jornal El Universal (2018), ainda acrescenta que a Colômbia busca "intimidar" outros países da região e acusa Santos de preparar "planos malignos para fazer uma difícil situação de confronto militar" entre Colômbia e Venezuela.

Além da rejeição da Venezuela ao fato a Bolívia também se manifesta frente ao fato. O presidente da Bolívia, Evo Morales, que chamou o bloco como "Sinônimo de guerra e intervenção", que tem o propósito de alistar uma "intervenção" na Venezuela. Segundo o jornal El Razon (2018), o presidente Evo Morales declarou: "Eu não compartilho da OTAN na América do Sul. OTAN pra mim é sinônimo de guerra, é sinônimo de intervenção e principalmente OTAN significa recursos naturais, é para proteger os Estados Unidos e seus multinacionais no mundo e as autoridades na Colômbia não se engane", disse ele numa conferência de imprensa em Palácio do Governo, em La Paz.

O presidente Morales ainda declara que essa parceria tem a intenção de "dar uma mensagem à Venezuela e preparar uma intervenção", um fim que não é consistente com as disposições da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) que declarou a região uma zona de paz. E lembra que o atual dos presidentes dos EUA também exigiu, em sua viagem pela região, para "pressionar e agir" com mais firmeza para "restaurar a

democracia" na Venezuela. No entanto segundo o jornal El Razon (2018), Morales disse: "Tenho muita esperança de que em alguns países da América do Sul possamos recuperar democraticamente (poder) para que as pessoas sigam este processo de libertação."

Essas informações nos remetem a pensar o que os Estados Unidos declararam frente à entrada da Colômbia na OTAN? E sobre a declaração de Evo Morales sobre as ações dos Estados Unidos na Venezuela?

No dia 18 de maio de 2018, poucos antes da Colômbia anunciar sua parceria com a OTAN, o jornal dos Estados Unidos – The New York Times (2018), publicou uma notícia falando sobre a Paz na Colômbia. A notícia traz informações que mostram resultados positivos do Plano Colômbia (2000) e com uma declaração do Presidente Santos da Colômbia, mostram que há uma parceria:

A transição para a paz exige uma grande quantidade de tempo, recursos e liderança na Colômbia - assim como a assistência contínua dos Estados Unidos e da comunidade internacional. O apoio dos Estados Unidos através da Paz Colômbia - uma nova iniciativa que irá aprofundar nossa parceria e reforçar os ganhos de segurança que conquistamos juntos - é mais importante agora do que nunca. Tive a oportunidade de me reunir com o Presidente Trump na Casa Branca na quinta-feira e tivemos uma conversa produtiva sobre como trabalhar juntos para fortalecer nossa aliança estratégica de maneiras que beneficiassem os americanos e colombianos (THE NEW YORK TIMES, 2018).

A notícia ainda traz que a Colômbia e os Estados Unidos estão concentrados em consolidar os ganhos e promessas da paz. Que o combate às drogas ainda é um dos compromissos mais importantes com os Estados Unidos, e trabalhar com a administração Trump irá diminuir o número de violência, e as guerrilhas das FARC vão continuar se entregando aos supervisores das Nações Unidas.

O presidente Santos da Colômbia ainda declara: “Meu país está bem melhor hoje do que há sete anos. Enquanto lutávamos pela paz, fortalecemos nossa economia. Nós reduzimos drasticamente a pobreza. A paz na Colômbia somente aumentará esses ganhos e dará início a uma nova era de cooperação com os Estados Unidos. A Colômbia está agora mais bem preparada para enfrentar os desafios do futuro, aproveitar suas oportunidades e ser um aliado e parceiro ainda mais forte dos Estados Unidos” (THE NEW YORK TIMES, 2018).

Mas em nenhum momento é anunciado que tipo de cooperação/parceria seria está. O que nos faz questionar, o porquê um dos maiores jornais dos últimos tempos não publicou nada a respeito da parceria feita entre Colômbia e OTAN? Mas lançou essa matéria dias antes do anúncio? E como apresentado, lançou matérias relacionadas aos conflitos que possuem com a Venezuela, e que as ações tomadas pelo governo dos Estados Unidos foram apoiadas pela Colômbia e Brasil.

Nos dias seguintes o jornal estadunidense The New York Times publica notícias sobre as eleições da Venezuela e Colômbia, e assim que o presidente Nicolás Maduro, da Venezuela, ter declarado vitória na reeleição, o governo Trump colocou nas novas sanções contra o país, e nações da região se recusaram a reconhecer o resultado das eleições. Ou seja, as declarações do governo boliviano não eram em vão, havia propósito nas declarações. O jornal declarou que:

O presidente Trump assinou uma ordem executiva na tarde de segunda-feira impondo as novas penalidades, o que impediria empresas ou cidadãos dos Estados Unidos de comprar dívidas ou contas a receber do governo venezuelano. A ordem estende-se à Petróleos de Venezuela, a companhia estatal de petróleo que é controladora da Citgo Petroleum Corporation” (THE NEW YORK TIMES, 2018).

De acordo com o jornal as medidas foram planejadas para fechar uma "avenida de corrupção" que funcionários do alto escalão do governo disseram que observaram Maduro e membros de seu governo usando para se enriquecerem.

“O Grupo Lima, uma associação de principalmente latino-americanos que tem por objetivo pressionar o governo de Maduro, divulgou um comunicado na segunda-feira afirmando que "não reconhecia a legitimidade do processo eleitoral" e que a votação não havia "cumprido" com os padrões internacionais de um processo eleitoral democrático, livre, justo e transparente. O grupo inclui o Brasil e a Colômbia - os maiores vizinhos da Venezuela -, além de Argentina, Canadá, Chile, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Guiana e Santa Lúcia” (THE NEW YORK TIMES, 2018).

No dia 30 de maio de 2018, o jornal havia publicado a notícia com o título: O que a Colômbia ganha ao se tornar um parceiro da OTAN? A notícia traz declarações de Mauricio Jaramillo, professor da Universidad del Rosario, de acordo com El Espectador (2018), ele declara que: [...] estar em um bairro cheio de governos de esquerda fez o governo de Álvaro Uribe de procurar maneiras de prevenir a agressão: "A lógica era que o país estava cercado

por inimigos e era necessário procurar alianças militares extra regionais".

Ainda segundo as declarações de Jaramillo, essa iniciativa de parceria lembra também do governo de Hugo Chávez na Venezuela e na compra de vários aviões de combate russos e 100.000 fuzis AK47 do país vizinho. Que o interesse da OTAN em uma aliança com a Colômbia tem a ver com ter aprendido que "ameaças à segurança de seus membros não são apenas na área euroasiática, mas são de natureza global".

Nesse sentido, de acordo com o jornal El Espectador (2018), a experiência da Colômbia na luta contra as organizações transnacionais de tráfico de drogas e outros grupos armados irregulares é altamente valorizada. O acordo com a OTAN não contempla a instalação de bases ou tropas estrangeiras no território colombiano. O que é mencionado nos documentos da organização é a cooperação em questões relacionadas com a segurança eletrônica e marítima e a luta contra o terrorismo e o crime organizado. A proteção de civis e crianças também é enfatizada, assim como a promoção da participação de mulheres na construção da paz e segurança. No entanto, a Venezuela tornou-se um dos seus maiores adversários. "Para países grandes como o Brasil, certamente, não é desejável que uma forte parceria em termos de segurança e defesa com um Estado de fora, pois falam de falta de confiança ou falta de interesse em acordos regionais".

Mauricio Jaramillo insiste que a ausência de bases ou tropas estrangeiras na Colômbia elimina os riscos para países como Venezuela, observando que a associação OTAN Colômbia é apenas o resultado de uma aliança prolixo, um ano de ajuste com a doutrina militar com Estados Unidos e, portanto, a organização internacional: "Este apoio, juntamente com a situação política em que a Colômbia era um Estado que nunca virou à esquerda como outros países da região [como Argentina] fez assegurada a associação com OTAN " (EL ESPECTADOR, 2018).

O jornal do Equador El Comercio fica neutro nas notícias lançadas ao frente ao fato. As notícias que ele traz, são as mesmas informações já mostrada por outros jornais. Porém reforça o cenário de instabilidade entre Venezuela, Colômbia e Estados Unidos, e reforça que essa parceria é fruto de cooperação de anos da Colômbia com os Estados Unidos e OTAN.

4.2 A INSEGURANÇA NA REGIÃO DA AMÉRICA DO SUL X VENEZUELA

A imprensa mostrou um cenário de conflitos com a Venezuela e tentou deixar o mais claro possível que a parceria feita entre Colômbia e OTAN não tem fins militares, que a Colômbia não é membro oficial da OTAN. Mas para os especialistas a cooperação pode ser interpretada como uma decisão de continuar bloqueando a influência venezuelana na região. Mas, em geral, a parceria colombiana com a aliança militar é vista como um alarme para a América Latina. Seria um sinal de que os Estados Unidos, ao lado dos europeus, estariam dispostos a interferir em questões sul-americanas? E porque os Estados Unidos não noticiaram nada sobre a parceria entre Colômbia e OTAN. Após a análise podemos notar que o fortalecimento do papel dos Estados Unidos através da ‘aliança militar’ com a Colômbia em questões de segurança na América Latina é nítido.

A história das relações dos Estados Unidos com a América Latina é marcada por tentativas de neutralizar as iniciativas dos países da região, pela busca por alianças de caráter político e militar, de forma a neutralizar sua possibilidade de liderança regional. As alianças apresentam caráter nitidamente militarista e, no tocante à economia, não há tratativas de cooperação, mas de atendimento direto dos interesses estadunidenses: venda de terras e riquezas naturais por preços irrisórios, abertura comercial irrestrita nas áreas de interesse dos EUA e cessão de bases militares.

O fortalecimento da posição da OTAN na região representa a escalada do processo de submissão do ponto de vista militar. Com essa parceria os Estados Unidos podem utilizar uma dezena de bases militares colombianas, a partir das quais podem ameaçar países vizinhos que não são do seu agrado e dominar os abundantes recursos naturais da região. E é a porta de entrada da dominação irrestrita da potência sob os recursos naturais da região e sobre os destinos dos seus povos. Sem contar Colômbia faz fronteira que a Venezuela, o Trump já anunciou sua intenção de eventualmente articular uma ação militar contra a Venezuela, que segundo o governo dos Estados Unidos a Venezuela está se armando graças ao apoio da Rússia.

Ou seja, o que se prevê agora é a possibilidade de um conflito envolvendo Colômbia e Venezuela, mas que por um lado tem por trás da Colômbia a OTAN e por trás da Venezuela, a Rússia. O objetivo de um possível conflito é saber quem controla o petróleo da Venezuela? E os EUA já deram vastas demonstrações durante todo o passado recente de que vão fazer qualquer negócio para tomar conta do petróleo e controlar o petróleo do mundo. E estamos vendo até onde os EUA pode ir com esse propósito.

Simplesmente porque um dos mecanismos para um país conseguir controle político sobre outro Estado é, através de uma operação de contra inteligência, penetrar no

sistema de segurança desse outro país. Quando um determinado país treina a polícia, os órgãos de inteligência e ou as forças armadas de uma outra nação, as instituições beneficiárias passam a vincular-se àquele outro Estado para além de suas próprias fronteiras nacionais. Isso pode transformar as instituições de segurança do país beneficiário em atores subordinados na política global e, no decorrer do processo, e fortalece ainda mais o controle do Estado estrangeiro sobre o Estado beneficiário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho contextualizou historicamente a questão de segurança internacional, e como através dos arranjos regionais de segurança os Estados Unidos conseguiram conquistar o status de superpotência mundial. E após a Guerra Fria, ampliou seu domínio em questões de segurança na América do Sul, através do Plano Colômbia. E analisou dentro desse contexto a abordagem da imprensa dos países sul americanos sobre o fato da Colômbia ser convidada para fazer parte de uns dos arranjos regionais que possui forte influência estadunidense, a OTAN.

Quanto aos objetivos específicos, o primeiro debateu historicamente a construção da ordem internacional do pós-guerra e os posicionamentos dos Estados Unidos em relação aos temas da segurança internacional, dando especial destaque para as ações relativas ao Plano Colômbia. Foram apresentados os conceitos de equilíbrio de poder e as relações internacionais da Europa no século XVII ao XIX, sobre a segurança coletiva a partir do advento da Primeira Guerra Mundial, e como foi que se deu início aos princípios de segurança coletiva. Também debatemos a ordem internacional que se deu a partir da Guerra Fria, e como os acontecimentos passados como a Paz de Vestefália, a Guerra da Criméia, tiveram grande relevância para essas mudanças no equilíbrio de poder e como se estabeleceu a segurança coletiva. E com o fim Guerra Fria e a desintegração da URSS, fez com que a política externa estadunidense substituísse o comunismo pelo narcotráfico como a grande ameaça proveniente da América Latina à segurança nacional dos EUA. Fazendo com que Estados Unidos ganhasse território através do Plano Colômbia.

O segundo objetivo específico identificamos na imprensa através dos jornais: El Espectador da Colômbia, El Razon da Bolívia, El Universal da Venezuela, El Comercio do Equador e The New York Times dos Estados Unidos a cobertura da entrada da Colômbia na OTAN em maio de 2018. O período analisado foi de 18 de maio de 2018 a 02 de junho de 2018. Podemos compreender que os jornais abordaram a entrada da Colômbia na OTAN, de formas diferentes, ou seja, cada país abordou o fato da forma que mais lhe convinha diante do governo, porém ficou claro que há um cenário de insegurança aos demais países sul americanos, principalmente a Venezuela com relação aos Estados Unidos e Colômbia.

Portanto o terceiro objetivo específico cumpre o objetivo geral que se propôs a analisar a abordagem da imprensa americana sobre o caso da entrada da Colômbia na OTAN à luz do contexto de hegemonia dos Estados Unidos sobre o sistema internacional

de segurança, em relação aos efeitos regionais e internacionais deste evento. Quanto a este objetivo podemos considerar que a história das relações dos Estados Unidos com a América Latina é marcada por tentativas de neutralizar as iniciativas dos países da região, pela busca por alianças de caráter político e militar, de forma a neutralizar sua possibilidade de liderança regional. Que desde o tempo de guerra a América Latina, era visto como uma reserva estratégica que permitiria a continuidade, no futuro, do poderio econômico e militar dos Estados Unidos e, portanto, não poderia passar para a órbita de influência soviética e nem, tampouco, ficar sob um regime nacionalista forte, que viria fatalmente a descolar-se da influência exercida pelos Estados Unidos. Sob o ponto de vista industrial, o país tinha uma importância restrita, mas era muito importante como fonte fornecedora de matérias-primas de valor. E as notícias apresentadas nos mostram um cenário de conflito entre os países sul americanos, principalmente entre Colômbia e Venezuela.

Podemos compreender a partir daí que as questões de segurança no século atual, é um reflexo do que foi pensado sobre segurança desde o final da primeira Guerra Mundial, e vem se expandindo, principalmente depois da Guerra Fria. O que podemos questionar também é que a OTAN desde o fim da Guerra Fria para cá, ela tem ampliando sua área de atuação também, e tem trazido consigo novos parceiros. O que é muito curioso buscar um parceiro sul americano num momento em que a Venezuela está num cenário de conflitos e ações.

Este trabalho levanta seguintes questionamentos: Isso indica um cenário de conflitos? Ou seria apenas uma forma de intimidar a Venezuela? Podemos interpretar como um “aviso” para que outros países como Bolívia, Equador e Brasil, não tomem atitudes que possam incomodar os Estados? O que essa parceria realmente representa nesse momento? Pois são tempos de incertezas, e a entrada da Colômbia na OTAN é um assunto recente, portanto espero que esta pesquisa possa servir para que outras se iniciem.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ARBEX JUNIOR, Jose. **A entrada da Colômbia na OTAN é muito grave**. 2018. Disponível em: <<https://nocaute.blog.br/2018/06/08/arbex-otan-colombia-eua/>>. Acesso em: 19 out. 2018.
- CABRAL, Ricardo Pereira. **O COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA SUL-AMERICANO: UMA ANÁLISE COMPARADA**. 2013. 461 f. Tese (Doutorado) – Curso de História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- CASTRO, Thales. **Conselho de segurança da ONU: unipolaridade, consensos e tendências**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2007.
- CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. – Brasília: FUNAG, 2012.
- CEPIK, Marco; BORBA, Pedro. Crime Organizado, Estado e Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, jul./dez. 2011, p. 375-405. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v33n2/a05v33n2.pdf>> Acesso em: 19 ago. 2018.
- DABÈNE, Olivier. **America Latina No Seculo XX**. Rio Grande do Sul, Edipucrs, 2003.
- DARIO, Diogo Monteiro. A legitimidade da política de segurança democrática e a doutrina de segurança nacional na Colômbia. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292010000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 ago. 2018.
- DIAS, Katiúscia Augusta DIAS. **A REFORMA DA ORDEM INTERNACIONAL COMOMEIO DE PROMOÇÃO DA PAZ**. 2006. 20 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000300007&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 13 ago. 2018.
- EL COMERCIO**. Equador, 25 maio 2018. Disponível em: <<https://www.elcomercio.com/actualidad/juanmanuelsantos-anuncio-colombia-ingreso-otan.html>>. Acesso em: 15 set. 2018
- EL COMERCIO**. Equador, 26 maio 2018. Disponível em: <<https://www.elcomercio.com/actualidad/venezuela-rechaza-ingreso-colombia-otan.html>>. Acesso em: 15 set. 2018.
- EL COMERCIO**. Equador, 28 maio 2018. Disponível em: <<https://www.elcomercio.com/actualidad/colombia-otan-criticas-venezuela-ocde.html>>. Acesso em: 15 set. 2018.
- EL COMERCIO**. Equador, 30 maio 2018. Disponível em: <<https://www.elcomercio.com/actualidad/socio-global-otan-colombia-alianza.html>>.

Acesso em: 15 set. 2018.

EL ESPECTADOR. Colômbia, 25 maio 2018. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/noticias/el-mundo/presidente-santos-anuncia-que-colombia-hara-parte-de-la-otan-articulo-790737>>. Acesso em: 15 set. 2018.

EL ESPECTADOR. Colômbia, 26 maio 2018. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/noticias/el-mundo/que-diferencia-hay-entre-ser-miembro-y-socio-global-de-la-otan-articulo-790916>>. Acesso em: 15 set. 2018.

EL ESPECTADOR. Colômbia, 26 maio 2018. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/noticias/el-mundo/gobierno-venezolano-dice-que-ingreso-de-colombia-la-otan-es-una-amenaza-para-la-paz-articulo-790937>>. Acesso em: 15 set. 2018.

EL ESPECTADOR. Colômbia, 28 maio 2018. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/noticias/el-mundo/ingreso-de-colombia-la-otan-no-tiene-propositos-belicos-santos-articulo-791223>>. Acesso em: 15 set. 2018.

EL ESPECTADOR. Colômbia, 30 maio 2018. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/noticias/el-mundo/que-gana-colombia-al-convertirse-en-socio-de-la-otan-articulo-791683>>. Acesso em: 15 set. 2018.

EL ESPECTADOR. Colômbia, 30 maio 2018. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/noticias/el-mundo/ocho-preguntas-sobre-el-ingreso-de-colombia-la-otan-articulo-791711>>. Acesso em: 15 set. 2018.

EL ESPECTADOR. Colômbia, 31 maio 2018. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/noticias/judicial/colombia-no-realizara-operaciones-tacticas-con-la-otan-luis-carlos-villegas-articulo-791763>>. Acesso em: 15 set. 2018.

EL RAZON. Bolívia, 02 junho 2018. Disponível em: <http://www.la-razon.com/nacional/Region-Bolivia-rechaza-Colombia-OTAN-intervencion-Venezuela_0_2957704248.html>. Acesso em: 15 set. 2018.

EL RAZON. Bolívia, 27 maio 2018. Disponível em: <http://www.la-razon.com/mundo/Colombia-elecciones-presidente-eleccion-FARC_0_2936106368.html>. Acesso em: 15 set. 2018.

EL RAZON. Bolívia, 30 maio 2018. Disponível em: <http://www.la-razon.com/mundo/colombia-ocde-santos_0_2937906202.html>. Acesso em: 15 set. 2018.

EL UNIVERSAL. Venezuela, 26 maio 2018. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/internacional/10471/santos-anuncio-que-colombia-ingresara-a-la-otan-como-socio-global>>. Acesso em: 15 set. 2018.

EL UNIVERSAL. Venezuela, 27 maio 2018. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/internacional/10497/venezuela-rechaza-ingreso-de-colombia-a-la-otan>>. Acesso em: 15 set. 2018.

EL UNIVERSAL. Venezuela, 28 maio 2018. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/politica/10632/cabello-sobre-ingreso-de-colombia-a-la-otan-es-estupido%E2%80%9D-lo-que-hizo-santos>>. Acesso em: 15 set. 2018.

EL UNIVERSAL. Venezuela, 30 maio 2018. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/internacional/10811/colombia-a-un-paso-de-ser-socio-global>>.

de-la-otan >. Acesso em: 15 set. 2018.

Estudo Avançados, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 129-151, set./dez. 2005, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/09.pdf>> Acesso em: 05 set. 2018.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila_-_METODOLOGIA_DA_PESQUISA%281%29.pdf> Acesso em: 29 maio 2018.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. **Complexo Regional de Segurança da América do Sul: Uma Nova Perspectiva**. 2013. 28 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Puc, Rio de Janeiro, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

HERZ, Monica. Política de Segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria. **Estudos Avançados**. Set./Dez. 2002, v.16, n. 46, p. 80 e 88.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOBBSBAWM, Éric. **A era dos extremos**. 2. ed. São Paulo: 1994. Disponível em:<<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/hobsbawmeric-nac3a7c3b5es-e-nacionalismo-desde-1780.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

INACIO, Cesar Dutra. A participação estadunidense no Plano Colômbia e a reação brasileira (1995-2005). **Revista Eletrônica Boletim do Tempo: Rio de Janeiro**, ano 2, n. 36, 2008. Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=3371:a-participacao-estadunidense-no-plano-colombia-e-a-reacao-brasileira-1995-2005&catid=35&Itemid=127> Acesso em: 13 ago. 2018.

KARAM, Maria Lucia. **Drogas: legislação brasileira e violações a direitos fundamentais**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: %20legislacao%20brasileira.doc?1286477113> Acesso em: 18 ago. 2018. <http://www.leapbrasil.com.br/media/uploads/texto/10_Drogas%20-2003>.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <<http://portalconservador.com/livros/Henry-Kissinger-Ordem-Mundial.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

LESSA, Antônio Carlos. **História das relações internacionais: a Pax Britânica e o mundo do século XIX**. São Paulo: VOZES, 2005.

MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES Angela Cristina Salgueiro. **Teorias da comunicação: processos, desafios e limites /–** São Paulo: Plêiade, 2015.

NYE, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Gente, 2009.

OLIVEIRA, Rafael Santos de. **A MÍDIA COMO ATOR EMERGENTE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: SEU PROTAGONISMO NO USO DO SOFT POWER FRENTE AOS DESAFIOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**. 2010. 419 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato – Política Internacional**. Brasília: FUNAG, 2012.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Os Estados Unidos e o Século XXI**. Rio de Janeiro: Campus, 2013. 208 p

RIPPEL, Márcio Pereira. **O PLANO COLÔMBIA COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA NORTE-AMERICANA PARA A AMÉRICA LATINA E SUAS CONSEQUÊNCIAS**. 2004. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/ensaioCcRippel.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

SANTOS, Marcelo. **O conflito colombiano e o Plano Colômbia**. Boa Vista: Ed. da UFRR, 2011. Disponível em: <<http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1271&context=eloi>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

SANTOS, Marcelo. **Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana**. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 53, n. 1, julho 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 ago. 2018.

SARAIVA, José Flávio Sombra Org. **História das Relações Internacionais Contemporâneas - Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. 2ª edição. Saraiva, 02/2003. Disponível em: <<http://arquivointernacional.com/wp-content/uploads/2016/07/Hist%C3%B3ria-das-Rela%C3%A7%C3%B5es-Internacionais-Contempor%C3%A2neas-Sombra-Saraiva1.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

SILVA, Caroline Cordeiro Viana e. **PLANO COLÔMBIA: securitização do narcotráfico pelos Estados Unidos da América**. 2015. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaglobal/files/2016/02/1-Plano-Col%C3%B4mbia-securitiza%C3%A7%C3%A3o-do-narcotr%C3%A1fico-pelos-Estados-Unidos-da-Am%C3%A9rica.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

TAKUSHI, Robiériem. **PLANO COLÔMBIA: IMPLICAÇÕES IMEDIATAS DA INGERÊNCIA NORTE-AMERICANA NO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO**. 2012. 75 f. Tese (Bacharel) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

THE NEW YORK TIMES. Estados Unidos, 18 maio 2018. Disponível em:

<<https://www.nytimes.com/2017/05/18/opinion/colombia-peace-process.html>>. Acesso em: 15 set. 2018.

THE NEW YORK TIMES. Estados Unidos, 20 maio 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/05/20/world/americas/venezuela-election.html>>. Acesso em: 15 set. 2018.

THE NEW YORK TIMES. Estados Unidos, 21 maio 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/05/21/world/americas/venezuela-nicolas-maduro-sanctions.html>>. Acesso em: 15 set. 2018.

THE NEW YORK TIMES. Estados Unidos, 25 maio 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/05/25/world/americas/colombia-uribe-drugs.html>>. Acesso em: 15 set. 2018.

THE NEW YORK TIMES. Estados Unidos, 27 maio 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/05/27/world/americas/colombia-election-ivan-duke-gustavo-petro.html>>. Acesso em: 15 set. 2018.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VALENCIA, León. **Drogas, Conflitos e os EUA: A Colômbia no início do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.